THELMA RENATA PARADA SIMÃO MARSOLA

Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico

São Paulo

2013

THELMA RENATA PARADA SIMÃO MARSOLA

Doação voluntária de corpos para estudo anatômico

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências

Departamento:

Cirurgia

Área de Concentração:

Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres

Orientador:

Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Biblioteca Virginie Buff D'Ápice da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da
Universidade de São Paulo)

T.2752 Marsola, Thelma Renata Parada Simão
FMVZ Doação voluntária de corpos para estudo anatômico / Thelma Renata Parada Simão Marsola. -- 2013.
121 f. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Departamento de Cirurgia, São Paulo, 2013.

Programa de Pós-Graduação: Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres.

Área de concentração: Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres.

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti.

1. Doação. Cadáver. Dissecção. Anatomia. I. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

Comissão de Ética no uso de animais

CERTIFICADO

Certificamos que o Projeto intitulado "Doação voluntária de corpo para estudo anatômico", protocolado sob o nº 2344/2011, não utilizando animais, sob a responsabilidade do(a) Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti, está de acordo com os princípios éticos de experimentação animal da "Comissão de Ética no uso de animais" da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e foi aprovado em reunião de 17/8/2011.

We certify that the Research "Voluntary donation of body for anatomical study", protocol number 2344/2011, not using animals, under the responsibility Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti, agree with Ethical Principles in Animal Research adopted by "Ethic Committee in the use of animals" of the School of Veterinary Medicine and Animal Science of University of São Paulo and was approved in the meeting of day 8/17/2011.

São Paulo, 18 de agosto de 2011.

Profa. Dra. Denise Tabacchi Fantoni
Presidente

v. Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, nº87
idade Universitária "Armando de Salles Oliveira"
ão Paulo/SP – Brasil
5508-270

Fone: + 55 11 3091-7671/7676
Fax: +55 11 3032-2224 / 3091-7757
E-mail: fmvz@usp.br
http://www.fmvz.usp.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"
Av. Prof. Lineu Prestes, 2415 - cep. 05508-000 São Paulo, SP - Brasil
Telefone :(55) (11) 3091.7733 telefax : (55) (11) 3091-8405
e-mail: cep@ icb.usp.br

São Paulo, 24 de outubro de 2011.

PARECER 1021/CEP

A Comissão de *Ética em Pesquisas com Seres Humanos* do ICB, na sessão realizada no dia 19.10.2011, **APROVOU** o projeto intitulado: *"Doação voluntária de corpo para estudo anatômico* " sob responsabilidade de execução dos autores Prof. Dr. EDSON APARECIDO LIBERTI e a aluna THELMA RENATA PARADA SIMÃO MARSOLA.

Cabe os pesquisadores executantes elaborarem e apresentar a este Comitê, relatórios anuais (parciais ou final), de acordo com a resolução 196/06 do Conselho Nacional da Saúde, item IX. 2 letra c.

O primeiro relatório deverá ser encaminhado à Secretaria deste CEP em **19.10.2012.**

Atenciosamente,

Prof. Dr. PAOLO M.A.ZANOTTO
Coordenador da Comissão de Ética em
Pesquisas com Seres Humanos - ICB/USP

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: MARSOLA, Thelma Renata Parada Simão

Título: Doação voluntária de corpos para estudo anatômico

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências

Data: _____ /_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ _____

Instituição: _____Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ _____

Instituição: _____Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ _____

Instituição: _____Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ _____

Instituição: _____Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ _____

Instituição: _____Julgamento: _____

Àquele que com seu precoce falecimento, me fez entender e compreender, apesar de minha tenra idade, a morte: Meu pai, José Andirás de Abreu Simão.

Àquela que apenas após a sua morte, fomos aproximadas e mais que isso, cedeu, através de sua atitude arrojada e inusitada, o tema para este trabalho, agora, causa: Minha avó paterna, Eunice Nogueira de Abreu Simão.

A este, eterno mestre, intenso nos propósitos, e eternamente, por mim, admirado, sem o qual este trabalho jamais seria aceito, executado, instalado e oficializado. E o foi de maneira magnânima e segura: Professor, Orientador, Amigo, Exemplo e Referência: Edson Aparecido Liberti

A todos os Doadores Voluntários de Corpos para Estudo Anatômico.

AGRADECIMENTOS

À minha filha, Guilhermina, por permear a minha vida de sentidos e de amor. Apresentar-me o verdadeiro sentido de um lar, na ânsia do breve retorno para o seu encontro o que nutre minhas energias para um concentrado e eficiente trabalho.

À minha mãe, Sueli, exemplo de força, determinação, compreensão, dedicação, vitória, alicerce e amor incondicional. Serei realizada se eu for para a minha Guilhermina, a mãe que é para mim! Obrigada!

Ao meu marido, Éverton, por ensinar diariamente, o valor do silêncio adequado, da reclusão, do retiro, das palavras doces e incentivadoras.

Às minhas afilhadas: Juliane e Gabriela, com vocês, aprendo e revivo as fases que a vida já me proporcionou, mas que no passado estabeleceram-se e me permitem corrigir e elaborar. A presença e convivência com vocês tornam a minha vida mais leve, alegre e divertida.

Aos afilhados: Kaíque e Matheus, com os quais, por este tempo, ficamos distantes, espero poder retomar nosso convívio com a intensidade que o mesmo merece e deve ser realizado.

Aos “Paradas”: Henrique, Valentina, Tim, Guilherme, Gustavo, Tia Marli, Kiko, Gugu, minha família estendida e essencial. Vocês são o exemplo de família, perseverança e perdão!

Aos queridos: Fátima, “Marsola´s”, Vilson, Tati, Sílvio, Kauê, Nilton, Melissa, Pedro, Lívia, Ana, André, Isabela, agradeço o alento, entusiasmo, compreensão e benevolência por este período.

Às minhas amigas, assistentes, companheiras: Luzia e Lidiane, as quais cuidam de mim, de minha filha e meu lar, com todo o carinho e respeito. Sem a colaboração delas, minha ausência para a elaboração deste trabalho seria impossível.

Frente a inúmeras conversas e conselhos, certamente este: “Para os amigos, não precisa se justificar; para os inimigos, não vai adiantar” é o que realmente norteia minhas atitudes diárias. Obrigada, eterna: Sílvia de Campos Boldrini.

Aos mestres: Luiz Ronaldo Picosse e Bertha Rosemberg pela apresentação a esta fascinante disciplina ainda na graduação. A ele pela bondade, piedade e carinho que trata seus alunos e à ela a forma enfática, disciplinadora e normativa. Os quais norteiam minhas atividades docentes.

A professora Maria Angélica Miglino, pelo aceite da realização deste trabalho no programa de Pós-Graduação que coordena.

Ao Serviço Funerário da Cidade de São Paulo, em especial a Sra. Claudete Rodrigues de Souza, pelas preciosas informações oferecidas, disposições em ajudar, orientar na elaboração do fluxograma do Programa de Doação, bem como, na sua desburocratização, apresentando-nos as trilhas a serem desvendadas.

Ao casal Regina e Paulo Henrique, companheiros, exemplo de esforço, humildade, carinho e docilidade. A presença de vocês torna o laboratório um lar.

Aos amigos do LAFACC: Flávia de Oliveira, Thiago Habacuque, Bruna Caixeta, Eduardo Beber, Ricardo Eustáquio, Ricardo Bandeira, Jodonai Barbosa, Joice Naiara, Aline Rosa, Aline Gonçalves, Ricardo Fontes, Marcelo Cavalli, Josemberg Baptista, Valquíria Mariotti, Karina do Valle, Catarina Tivane, Josy Cal, Cristina Bolina, Naianne Clebis, Any Kely e Ivone Benigno. A presença de vocês reforça que o trabalho sério flui e se propaga (“metástases”), frente a harmonia, paz, tranquilidade, respeito, colaboração e compreensão.

A Rosana Duarte Prisco, quem realizou a quantificação deste trabalho de modo, sério tranquilo, com disposição e envolvimento pela causa.

Aos funcionários do ICB: Maria do Carmo, Patrícia Rodrigues de Campos Rocha, Cristiane Pinheiro Maciel, Luciana Monteiro Silva, Martha Righetti, Sônia Yokomizo, Sebastião Boleta pelo harmonioso convívio e gentilezas diversas.

Ao Maicon , funcionário do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, pela amizade iniciada e estabelecida, atenção e disposição em ajudar.

A Elza Faquim, bibliotecária da FMVZ, quem orientou a formatação desta tese.

"É impossível conhecer o homem sem lhe estudar a morte, porque, talvez mais do que na vida, é na morte que o homem se revela. É nas suas atitudes e crenças perante a morte que o homem exprime o que a vida tem de mais fundamental".

Edgar Morin

RESUMO

MARSOLA, T. R. P. S. **Doação voluntária de corpos para estudo anatômico.** [Voluntary Donation of bodies for anatomical study]. 2013. 121 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Cadáveres não reclamados constituíram por muito tempo o suprimento de material para o estudo da Anatomia Humana. No entanto, devido à melhoria da qualidade de vida decorrente das tecnologias atuais, bem como, o caráter ético, vem ocorrendo um rareamento progressivo da sua utilização. Frente a estas circunstâncias, e a impossibilidade da substituição total deste material por outro de qualquer natureza para o estudo da Anatomia e a prática da dissecção na formação de profissionais da área da saúde, a criação de Programas de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico é apresentada como alternativa de captação de cadáveres. Essa ação altruísta encontra respaldo legal no artigo 14 da lei 10.406/02 do Código Civil Brasileiro que esclarece a quem desejar doar o seu corpo ou parte dele às instituições de pesquisa e estudo científicos, sem obter qualquer ganho pecuniário, deverá fazê-lo em vida, através de inequívoca e expressa declaração de vontade. Deste modo, com o objetivo de desenvolver o Programa de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico (***pdvcea***) para o Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (**DA-ICB/USP**) realizou-se no presente trabalho questionários relativos à obtenção de informações sobre: o conhecimento e a opinião da população de profissionais anatomistas e de alunos primeiranistas acerca do tema; a importância da disciplina de Anatomia e da dissecção para a prática profissional, bem como da população geral como fator de confiabilidade no profissional cirurgião médico. Os dados demonstraram que: a possibilidade de Doação de Corpos não é desconhecida pela maioria da população pesquisada, o que, não implica em potenciais doadores, e a necessidade de investimento em divulgação de mídia de massa. O ***pdvcea*** do **DA-ICB/USP** embora institucionalizado, ainda depende do parecer da Corregedoria do Estado de São Paulo, para diminuição do tempo de lavratura do assento do óbito, sem prejuízos financeiros aos familiares dos doadores, e da aquisição de jazigo pela instituição para homenagens aos doadores.

Palavras-chave: Doação. Cadáver. Dissecção. Anatomia.

ABSTRACT

MARSOLA, T. R. P. S. **Voluntary donation of bodies for anatomical study.** [Doação voluntária de corpos para estudo anatômico]. 2013. 121 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Unclaimed corpses were for many years the supply of human material for the study of human anatomy. However, due to improved quality of life and technology as well as the ethical character of the use, there has been the surround these. Faced with these circumstances, and the impossibility of total replacement of this material by others in training future professionals and the endless dissection technique, the Donation Voluntary Bodies for Anatomical Study is presented as an alternative to capture corpses and no legal impediment to such action, since the Civil Code provides for the donation of bodies for teaching and research through article 14 of Law 10.406/02, or who wish to donate your body or part of it to research institutions and scientific study, without obtaining any pecuniary gain, you should do it in life through clear and express statement of intent. Thus, the present study aimed to gather information about the knowledge and belief of the population of anatomists and freshmen, on the subject; obtain information on the importance of discipline and dissection for professional practice and reliability of the general population, and develop Donation Program Voluntary Bodies for Anatomical Study (***pdvcea***) for the Department of Anatomy at the Institute of Biomedical Sciences, University of São Paulo (**DA-ICB/USP**). Regarding the importance of dissection for vocational training is considered, for the general population, such as reliability factor in professional medical surgeon, the possibility of donation Bodies is not unknown for the majority of the population studied, which do not necessarily set in potential donors. The Voluntary Donation Program is created, institutionalized, but still in the process of acquiring gravesite tributes to the institution; dependent for its dissemination, clarification and placement in mass media, as well as the opinion of the Magistrate of the State of São Paulo, to decrease the time of drafting the seat of death, without financial loss to the relatives of the donors.

Keywords: Donation. Corpse. Dissection. Anatomy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Processo de mumificação 26

Figura 2- Mondino de Luizzi 27

Figura 3- Teatro Anatômico da Universidade de Pádua, construído em 1594 pelo anatomista Fabrizio D'Acquapendente 28

Figura 4- Teatro anatômico de Leiden, Holanda, (1609/1610) 29

Figura 5- A lição de Anatomia de Andreas Vesalius 30

Figura 6- Os "Médicos da noite" 31

Figura 7- Dissecção em laboratório de anatomia da Universidade de Boston, no final do século XIX 33

Figura 8- Dissecção no laboratório de anatomia da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual FMUSP) 34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011 52

Tabela 2 – Sexo dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011 52

Tabela 3 – Estado Civil dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011 52

Tabela 4 – Escolaridade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011. 53

Tabela 5 – Idade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011. 53

Tabela 6 – Conhecimento sobre doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011..... 54

Tabela 7 – Opinião sobre doação do próprio corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011..... 54

Tabela 8 – Conhecimento dos procedimentos necessários para a doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011 54

Tabela 9 – Realização dos procedimentos necessários para a doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011. 55

Tabela 10 – Dados da pesquisa sobre os motivos doação/não tenho opinião formada entre os Anatomistas e Primeiranistas - obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011. 56

Tabela 11 – Dados da pesquisa sobre os motivos não doação/não tenho opinião formada entre os Anatomistas e Primeiranistas - obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011. 57

Tabela 12 – Conhecimento Anatômico e Dissecção de Cadáveres entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012. 58

Tabela 13 – Dissecção durante Graduação e Pós Graduação entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012. 58

Tabela 14 – Números de cadáveres e a dissecção entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012. 58

Tabela 15 – Treino de técnicas manuais em cadáveres, materiais sintéticos e animais entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012 59

Tabela 16 – Substituição de material cadavérico por animais e sintéticos entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012. 59

Tabela 17 – Confiança da população frente a formação do médico - dados obtidos durante pesquisa entre dezembro 2012 a janeiro 2013. 60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 REVISÃO DE LITERATURA 24

2.1 HISTÓRICO 25

2.2 A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS 35

3 OBJETIVOS 41

3.1 OBJETIVOS GERAIS 42

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 42

4 CASUÍSTICA 43

4.1 ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS 44

4.1.1 Amostra 44

4.1.1.1 Anatomistas 44

4.1.1.2 Alunos Primeiranistas 45

4.1.2 Procedimento 45

4.2 ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA DISSECÇÃO PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL 45

4.2.1 Profissionais Médicos 46

4.2.1.1 Amostra 46

4.2.1.2 Procedimento 46

4.2.2 População em Geral 47

4.2.2.1 Procedimento 47

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS 47

4.4 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO: O *PDVCEA* DO DA-ICB/USP 48

4.4.1 Leis que regem a destinação de corpos para estudo em Anatomia Humana 48

4.4.2 Programas em execução de doação voluntária de corpos 48

4.4.3 Consulta às agências funerárias do município de São Paulo sobre a Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico 49

4.5 IMPLEMENTAÇÃO DO *PDVCEA* DO DA-ICB/USP 49

5 RESULTADOS 51
5.1 AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO 52
5.2 AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA DISSECÇÃO PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL 57
5.3 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO (*pdvcea*) 60
6 DISCUSSÃO 64
6.1 A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS 69
6.2 O *PDVCEA* DO DA-ICB/USP 72
7 CONCLUSÕES 75
REFERÊNCIAS 78
APÊNDICES 85
ANEXOS 110

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A disciplina de Anatomia Humana constitui-se, há séculos, como a base para aqueles que decidem atuar nas diferentes áreas da saúde, uma vez que o seu conhecimento apurado e domínio são imprescindíveis para o exercício profissional eficaz e competente, possibilitando diagnósticos e prognósticos corretos.

Essa importante matéria é oferecida aos alunos a partir do primeiro semestre dos diversos cursos de graduação, época em que, ao se fundamentar no contato com as estruturas do corpo humano no cadáver, o aprendizado sobre a forma, sintopia, holotopia e estratigrafia dos diferentes órgãos, sedimenta-se também a sua Nomenclatura, conferindo-lhe assim, a condição de Ciência Anatômica (WIECKING, 1974).

Como característica própria dessa Ciência, a utilização de cadáveres, que remonta aos primórdios da história da humanidade (DE CARO; MACCHI; PORZIONATO, 2009), constitui-se motivo de ampla discussão ainda nos tempos atuais, pois apesar de ser considerado insubstituível para o aprendizado, a diminuição da oferta de corpos de indigentes, e os trâmites burocráticos com alto custo de regularização desses corpos não reclamados fazem rarear, de maneira preocupante, um material de valor didático inestimável (PASQUALUCCI, 2012).

A dificuldade da obtenção do material natural determinou o surgimento de correntes que defendem métodos alternativos, com o intuito de se tentar solucionar, pelo menos em parte, esse problema, fazendo proliferar a utilização de modelos elaborados com os mais diferentes tipos de materiais sintéticos. Estes, por mais que possuam semelhanças com o correspondente natural, são incapazes de permitir a sua total substituição, demonstrada através da difícil tarefa de se representar de maneira fidedigna, as estruturas internas de alguns sistemas (CARVALHO et al., 2010).

A introdução de imagens computadorizadas e de modelos Anatômicos pode representar um complemento valioso, mas não um substituto para a educação (onde 2/3 da utilização do cadáver serve a esse propósito, e o 1/3 restante para fins investigativos) e onde somente o cadáver pode fornecer uma gama ampla de percepção, tanto de consistência,

tamanho e forma dos órgãos, como visual, ou seja, relativa à profundidade e relações dos mesmos (STIMEC; DRASKIC; FASEL, 2010).

Pelo até aqui exposto, pode-se compreender que, ao se avaliar as conseqüências advindas dos entraves administrativos relacionados à obtenção de corpos não reclamados, bem como da impossibilidade da substituição por completo do material natural por outro de qualquer natureza (GUNDERMAN, 2008; CORNWALL; STINGER, 2009; PASQUALUCCI, 2012), a saída encontrada pelas Universidades de diversos Países, foi a de se estabelecer um "programa de doação voluntária de corpos", cada um deles desenvolvido respeitando-se as leis específicas de seus respectivos territórios de origem.

De fato, as doações voluntárias vêm se constituído como a solução para a escassez de material biológico para estudo da Anatomia. Nos EUA, por exemplo, desde 1968, todos os estados criaram o direito do cidadão de doar o seu próprio corpo para a educação em ciência médica. A Lei norte-americana prevê que qualquer pessoa em idade legal e livre de doenças mentais pode disponibilizar seu corpo, ou qualquer órgão ou parte dele, para ser usado com o propósito da ciência médica ou para a reabilitação de doentes ou pessoas que estejam com seus órgãos fatigados. Tal prática passou a surtir efeito, e os seus resultados puderam ser comprovados em Universidades Estaduais como a de Virgínia onde, de 1969 a 1973, a Universidade Estadual recebeu 129 corpos (WIECKING, 1974) e a de Massachussets que, em 2007, exibia uma lista de 4.500 pessoas dispostas a doarem seus corpos para Estudo Anatômico (PRAKASH et al., 2007).

A prática da doação voluntária de corpo dissemina-se pelos diferentes Continentes, e tem sido apresentada como alternativa em países como a Tailândia (WINKELMANN; GÜLDNER, 2004), a Turquia (SEHIRLI; SAKA; SAIKAYA, 2004), a China (ZHANG et al., 2008), a Nova Zelândia (BOLT et al., 2010), dentre outros.

Na Itália onde, segundo De Caro, Macchi e Porzionato (2009), foi criada em 2004 no departamento de Anatomia Humana e Fisiologia da Universidade de Padova, a "Associação para a doação de corpo para técnicas morfológicas" em poucos anos pode ser retomada plenamente a prática da dissecção nos cursos de Anatomia.

Embora possa parecer que os programas de doação voluntária de corpos para estudo em Anatomia seja um assunto recente, o da Escola Médica da Universidade de Otago na Nova Zelândia foi estabelecido em 1943, permitindo que a instituição receba, em média, 40 corpos anualmente (CORNWALL; STRINGER, 2009).

No Brasil, após extensa busca, do total de 2.377 instituições de Ensino Superior verificou-se que algumas delas, na tentativa de driblar e minimizar o problema da falta de cadáveres executam um programa oficioso de doação voluntária de corpos com resultados bons, parcos, ou não informados: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do ABC, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Paraná, Universidade do Vale do Itajaí, Universidade Federal de São Paulo, mas que apenas duas universidades possuem um programa oficial de doação.

Assim, o Departamento de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (RS) possui, desde 2008, um programa de doação de corpos que tem por objetivo conscientizar a população sobre a ação, o qual elevou de 26 doações no período de 2003-2007 para 147 registros, após a implantação (ROCHA et al., 2012).

Desde 1999, a Universidade Federal de Minas Gerais, possui o programa "Vida após a vida", que visa à doação voluntária de corpos. Em 10 anos, 300 pessoas se inscreveram como Doadoras, sendo que 30 cadáveres frutos desse projeto encontram-se à disposição no laboratório de Anatomia e vêm sendo utilizados para fins de ensino e pesquisa (UFMG, 2010).

Ao se abordar a problemática no Estado de São Paulo, onde especificamente o número de Escolas Médicas (36 cursos) é superior àqueles dos Estados em que o programa de doação voluntária de corpos foi implantado (Minas Gerais com 28 cursos, e Rio Grande do Sul com 11 cursos) e, ainda, quase cinco vezes o dos Estados do Nordeste com o maior número de cursos (Bahia, Ceará e Paraíba, com 7 cursos cada), executou-se a presente pesquisa, com o objetivo primordial de se desenvolver, legalizar e estabelecer um Programa de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico (***pdvcea***) do Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (DA-ICB/USP), cujas regras e normas, após implementadas, deverão ser extensivas a todo o Estado de São Paulo.

Mesmo tendo-se na USP, desde o final dos anos 1980, a consciência de que esse seria, num futuro próximo, o único procedimento capaz de suprir a deficiência no ensino da Anatomia Humana decorrente da falta de cadáveres, foi a história pessoal da autora o ponto de partida para que esse programa se desenvolvesse.

Formada em Odontologia, Mestre em Anatomia Humana, e exercendo as atividades de professora de Anatomia em Universidades particulares da Capital de São Paulo, onde se depara no dia a dia de suas aulas com os problemas oriundos da extrema escassez de material humano natural a autora, convicta da atitude altruísta do ato de doação voluntária de corpo para o estudo da Anatomia, engendrou esforços para a concretização do desejo de sua avó paterna que, após seu óbito, queria que o seu corpo servisse aos devidos e justos ensino das ciências anatômicas. Essa aspiração foi consumada no dia 05 de setembro de 2008, quando devidamente regularizado quanto às leis em vigência, o cadáver da Sra. Eunice Nogueira de Abreu Simão adentrou ao laboratório de Anatomia Humana do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo para a sua derradeira e nobre missão. Considerando que todo e qualquer tipo de material humano possa ser utilizado no ensino da Anatomia, não obstante, em novembro do ano de 2010, exumou e também doou ao mesmo departamento, os ossos do esqueleto de seu pai, o Sr. José Andirás de Abreu Simão, falecido em 16 de fevereiro de 1983.

Essas ações, pioneiras no seio da USP, trouxeram à tona um assunto importante e complexo, tratado algumas poucas vezes e de maneira velada em nosso meio, devido em grande parte ao tabu que a morte representa para a nossa sociedade, e à abordagem quase sempre extraordinária sobre esse tema dispensada pelas diversas mídias, o que também contribui para que se desencorajem os indivíduos, quando em vida, a meditar sobre a doação.

Mesmo observando-se que ao longo do tempo as diferentes crenças e religiões, ciências, artes, filosofias, tentam confortar os anseios humanos sobre o fato de a morte ser apenas uma passagem, um caminho, ou para onde se vai após ela acontecer, existe uma proibição oculta quando o assunto é a morte; as pessoas não podem falar, não podem desejá-la a si nem ao outro, a ponto de que aqueles sobre ela comentem, sejam tidos como seres portadores de patologias necessitando, portanto, de tratamento.

Porém, considerando-se que o corpo humano sem vida é de utilidade ímpar nos estudos necessários à formação dos profissionais das áreas da saúde, e que a escassez cada vez maior de cadáveres para a prática anatômica é preocupante no sentido de comprometer seriamente a qualidade desses profissionais, além de questionamentos práticos sobre os procedimentos necessários nos dias atuais, para que seja possível a obtenção de um número adequado de cadáveres humanos (compatível com a boa qualidade do ensino oferecido, de modo desburocratizado e com baixo custo), contribuíram também para motivar a realização

da presente pesquisa, alguns de base filosófica, como por exemplo, se, além de colaborar com a formação dos futuros profissionais da área da saúde, as pessoas estariam dispostas a introduzir no dia-a-dia, a reflexão e as discussões constantes sobre a **doação voluntária** decidida e oficializada.

Assim, ao mesmo tempo em que a proposta do presente trabalho, foi a de se estabelecer uma alternativa visando minimizar, ou até erradicar a falta de cadáveres em nossos laboratórios de Anatomia Humana, procurou-se também, esclarecer as pessoas do elevado grau de altruísmo dessa atitude.

REVISÃO DA LITERATURA

2 REVISÃO DA LITERATURA

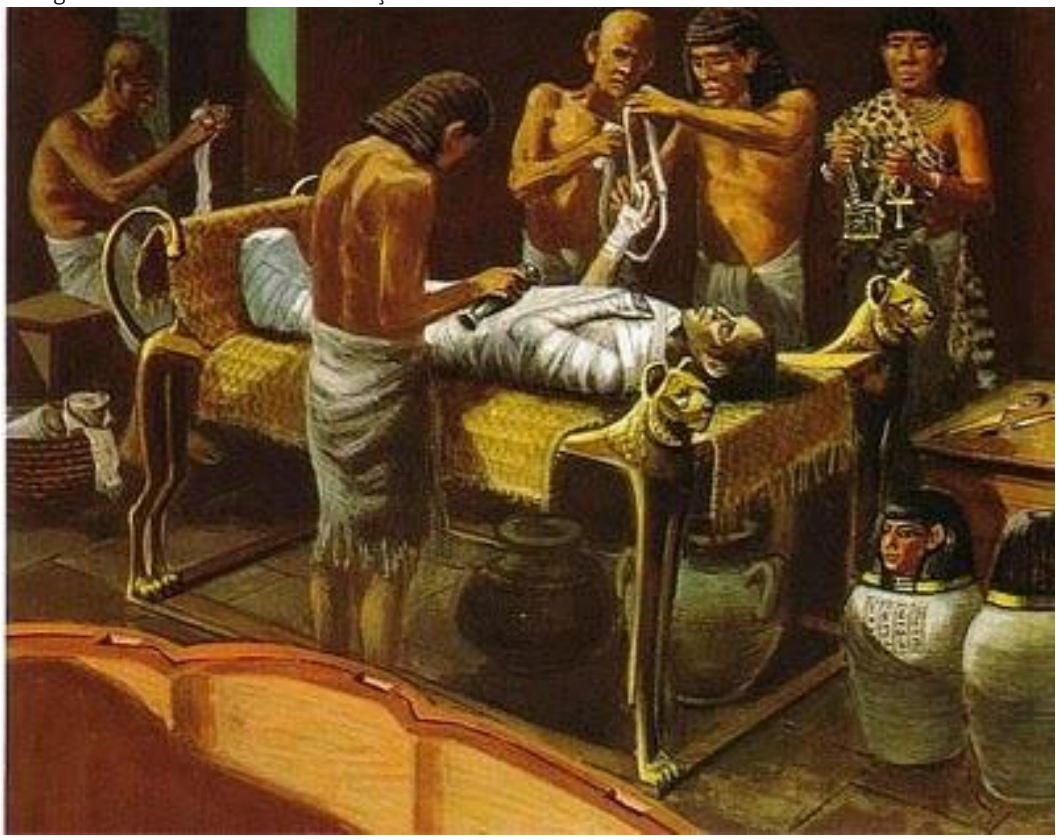
Serão apresentadas uma breve cronologia sobre a utilização de cadáveres no ensino da Anatomia, e os diferentes aspectos relativos à doação voluntária de material humano para estudo.

2.1 HISTÓRICO

Nas diferentes civilizações, o conhecimento do corpo nasceu da necessidade e desejo de mantê-lo íntegro, na tentativa do ser humano em superar a morte. Com esta fixação em mente, fazia-se necessário não somente ousar, mas também criar métodos de estudos e ir à busca do desconhecido que se encontrava no próprio cadáver (QUEIROZ, 2005).

De todos os povos da antiguidade eram, sem dúvida, os egípcios os que mais veneravam os seus mortos. Por acreditarem que a alma saía do cadáver e ia ao encontro de Osíris, a alma da pessoa necessitava então de um corpo para a vida após a morte. Portanto, devia-se preservar este corpo para que ele recebesse de forma adequada a alma, desenvolvendo-se então, a arte de embalsamar, transformando o corpo em múmia (**Figura 1**).

Figura 1 - Processo de mumificação

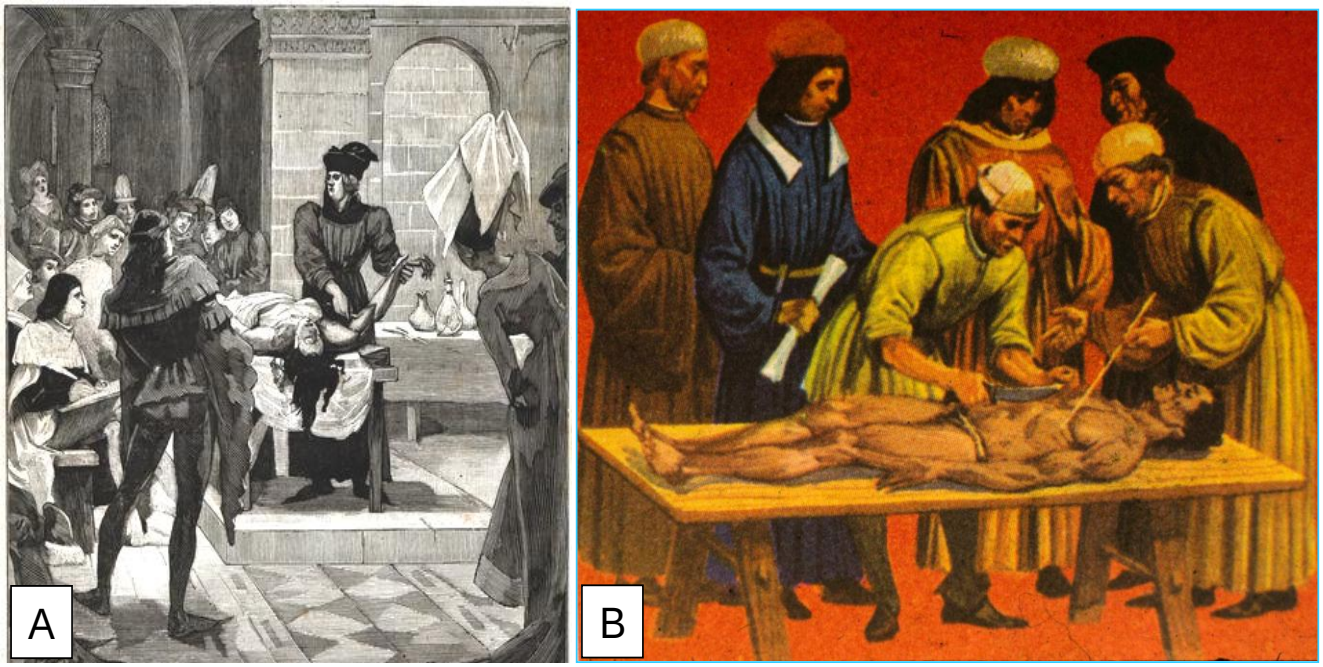


Fonte: library.thinkquest.org/28209/mummification.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

Tratando-se o cadáver como sagrado e sendo, portanto, um assunto religioso, a dissecção era vista como um desrespeito ao morto ou à sua alma, sendo praticada em segredo por muitos dos anatomistas da antiguidade.

Atribui-se a Mondino de Luizzi (1275-1326) cirurgião italiano da cidade de Bolonha, cognominado o "restaurador da Anatomia", a primeira demonstração pública de dissecção em cadáver humano, realizada em 1315 (**Figura 2**).

Figura 2 - Mondino de Luizzi



Fonte: 2.A- Revista de Medicina Francesa, L. Jacolliot, Paris, França, 1882; 2.B- Acervo particular do Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti.

Legenda: 2.A- Xilografia original de Mondino de Luizzi, o "restaurador da Anatomia"; 2.B- Clássica cena de uma dissecção por volta do século XV, onde se observa o *demonstrator* e o *sector*, na concepção da escola de Mondino de Luizzi.

Considerado como o primeiro a incorporar o estudo sistemático da Anatomia e dissecção em um currículo médico, Mondino foi o instaurador da Cátedra, uma cadeira colocada num plano elevado, de onde lia (*lector*) e comentava sobre um texto anatômico, para um professor (*demonstrator*) que tinha a incumbência de indicar a região para o encarregado de realizar a dissecção (*sector*), em geral, um simples barbeiro ignorante do latim, idioma em que se efetuava a récita do *lector* (CHIARELLO, 2011).

Nessa fase, a Anatomia era essencialmente italiana, sobretudo porque o Papa Sixto IV, que havia estudado em Bolonha e Pádua, autorizou no século XV, a dissecção de cadáveres humanos, condicionada à permissão das autoridades eclesiáticas, posteriormente confirmado por Clemente VII no século XVII. Na Universidade de Bolonha, as dissecções foram reconhecidas oficialmente em 1405 e, em 1429, em Pádua (REVISTAMEDICA, 2012).

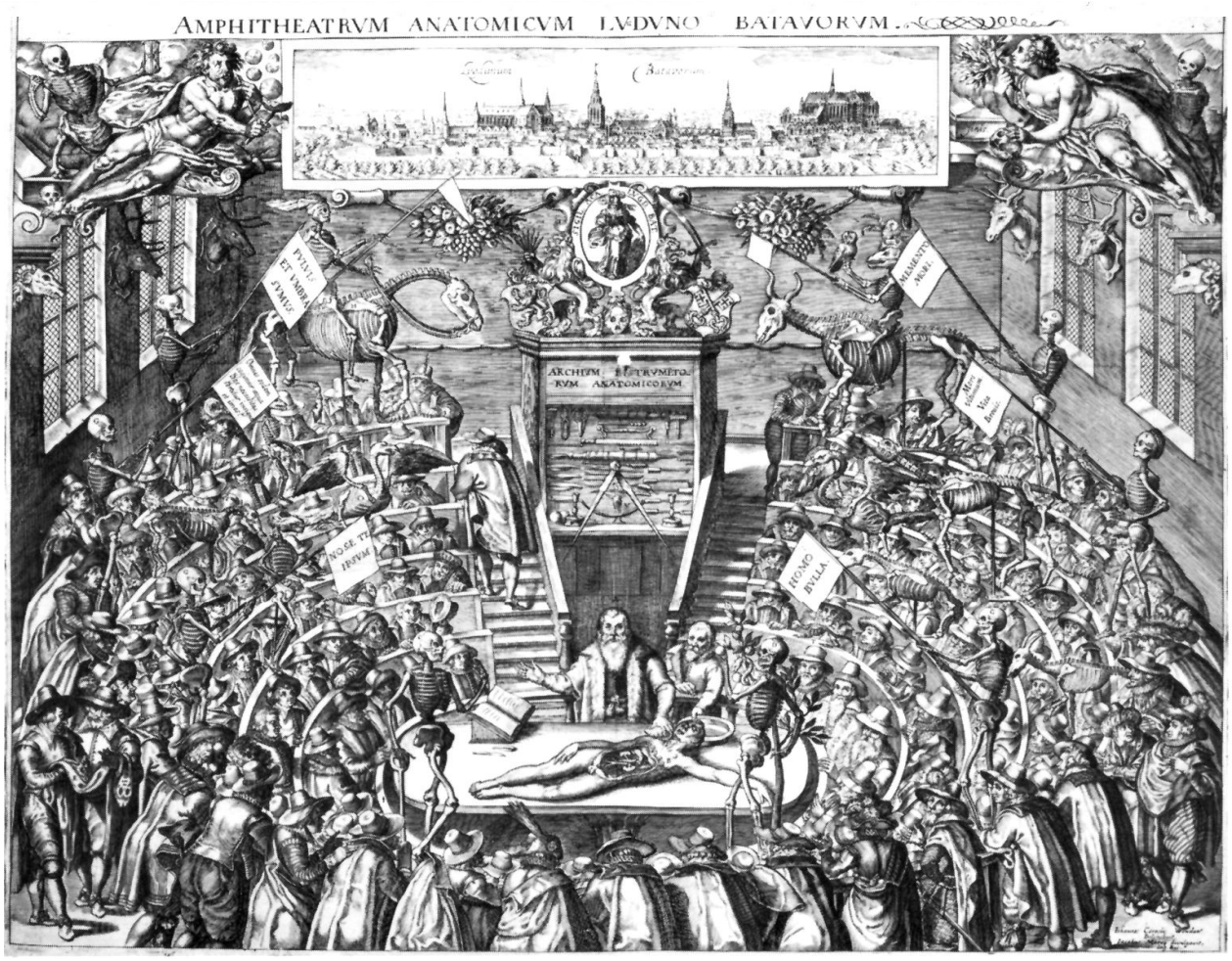
Regulamentada por lei, essas demonstrações realizadas em corpos de executados, eram públicas, fazendo disseminar por toda a Europa, os teatros anatômicos (ABRAHÃO, 2012), como o da Universidade de Pádua (**Figura 3**).

Figura 3 - Teatro Anatômico da Universidade de Pádua, construído em 1594 pelo anatomista Fabrizio D'Acquapendente

Fonte: http://educacao.uol.com.br/biografias/girolamo-fabrizio-acquapendente.jhtm. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

Esses Teatros, que paulatinamente vão incorporando os avanços das técnicas de preparação e conservação e apresentando modificações em sua arquitetura (KLESTINEC, 2007; SCHUMACHER, 2007; TAVANO, 2009), passam a ser considerados espaços não apenas para a aprendizagem da Anatomia, mas também para que os anatomistas pudessem "disciplinar os espíritos" do público, induzindo a diferentes emoções (CHERVEL, 1990; TAVANO, 2009; GUERRINI, 2004) (**Figura 4**).

Figura 4 - Teatro Anatômico de Leiden, Holanda (1609/1610)



Fonte: http://laiguanailustrada.blogspot.com.br/2009/05/illus-el-teatro-de-operaciones.html. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

Como não pertence ao escopo do presente trabalho, um detalhamento ao longo da história sobre a evolução e os percalços inerentes à prática da dissecção em corpos humanos, pode-se considerar que com Andreas Vesalius (1510-1564) essas demonstrações atingiram o seu mais alto grau e, a partir de então, como enfatizado por Chagas (2001) "o cadáver passou a compartilhar com o professor, a primazia de ser a figura mais importante no ensino da Anatomia" (**Figura 5**).

Figura 5 - A lição de Anatomia de Andreas Vesalius

Fonte: Reprodução de ilustração original do acervo particular do Prof. Dr. Edson Ap. Liberti.

Rompendo com a tradição, Vesalius desce da cátedra e dispensa o *demonstrator* e, em atitude inusitada, realizava ele próprio a dissecção e demonstração das estruturas. Com aulas dadas a grandes públicos, utilizava, também de forma inovadora, desenhos e esquemas de estruturas anatômicas (SINGER, 1996). Assim, até o século XIX, a prática da dissecção tornou-se um evento público normal e também uma atividade de ensino praticada preferencialmente no inverno, a fim de retardar a decomposição do corpo. Na Itália, as dissecções eram algumas vezes praticadas à época do carnaval para servirem, não somente aos interesses médicos, mas também como uma lição de moral e religiosa (SCIENCEMUSEUM, 2012).

Mesmo tendo sido o cadáver revestido de tão elevado valor na formação daqueles que se dedicavam à prática da Medicina, restringir o estudo da Anatomia somente em corpos de executados, muito embora tenha significado um avanço enorme sobre os dogmas que dominavam o cenário anatômico da época, como as teorias de Galeno, a Anatomia passa a defrontar-se com um problema crônico, o da quantidade insuficiente de cadáveres para estudo.

Na Inglaterra, em 1751, o Parlamento Britânico instituiu o "Murder Act", estipulando que "*para prevenir o horrível crime de assassinato, deve ser adicionado como marca peculiar*

da infâmia, pendurar o cadáver em correntes, ou envia-lo à dissecção". Como, quase 200 anos depois de Vesalius, ainda determinava-se que em dissecções era permitido apenas o uso de cadáveres de criminosos, o problema crônico do número insuficiente de cadáveres persistia (para se ter uma ideia, de 200 escolas médicas em 1793, esse número passou a mais de mil em 1823 e, como fator complicador, o número de condenações à forca caiu de 500\ano no século 18, para o 50\ano no século 19). Essa questão era resolvida parcialmente pela ação dos chamados "ressuscitadores", "ressurreicionistas", "ensacadores" ou "médicos da noite", invasores de cemitérios que exumavam cadáveres e os encaminhavam para médicos e escolas anatômicas (MELO, 1989; CHAGAS, 2001; MAGEE, 2001; QUEIROZ, 2005; ABRAHÃO, 2012) (**Figura 6**).

Figura 6 - Os "Médicos da noite"

Fonte: http://www.artfund.org/what-to-see/exhibitions/2012/10/19/doctors-dissection-and-resurrection-men. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

Como previamente citado, no início do século XIX o problema agrava-se, pois com a ascensão da ciência médica concomitantemente com o declínio das execuções, a demanda de

cadáveres tornou-se muito maior do que a sua oferta. Na tentativa de solucioná-lo e, também, com o intuito de se extinguir na Grã Bretanha o mercado negro de cadáveres e a prática de roubo de corpos nos cemitérios pelos "médicos da noite", o Parlamento Britânico promulgou, em 1832, o "**Anatomy Act**", que permitia aos médicos, cirurgiões e estudantes, o acesso legal aos corpos não reclamados, em particular aqueles mortos em prisões e hospícios, bem como aos corpos doados por parentes, que assim evitavam o pagamento das despesas relativas ao sepultamento.

O Ato discorria que:

> o conhecimento das causas e a natureza das diversas doenças que afetam o corpo e o tratamento e cura dessas doenças, bem como o reparo e a cura de lesões e ferimentos a que o ser humano esteja sujeito, não pode ser adquirido sem um exame anatômico.

Ainda segundo o Ato, todo aquele que pretendia praticar a Anatomia deveria obter licença oficial, que era concedida a apenas um ou dois professores de cada Instituição de Ensino, que assumiam a responsabilidade quanto ao tratamento adequado aos corpos existentes nas dependências da Instituição onde lecionavam.

Nos Estados Unidos em 1831, portanto um ano antes do "Anatomic Act", membros da Sociedade Médica de Massachussets trabalharam para que o estudo da Anatomia Humana fosse legalizado.

Assim, institui-se o "**Massachussets Anatomic Act**", uma lei também conhecida como "instrumento beneficente de humanização na manutenção da saúde", que permitia às escolas médicas receberem e destinarem aos laboratórios de Anatomia, corpos não reclamados (DYER; THORNDIKE, 2000). Seguida pela lei de Connecticut em 1833, e subsequentemente pelas leis de outros Estados americanos, as mesmas não resolveram os problemas da escassez de material anatômico, nem tampouco os conflitos sociais decorrentes da prática dissecções. Todavia, se por um lado, a questão da falta de material para estudo não foi solucionada, essas leis representaram o início de uma mudança nas atitudes sociais de então, o que permitiu aos alunos estudarem abertamente a Anatomia em cadáveres humanos, mesmo que muito tempo depois, ou seja, cerca de 60 anos (F**igura7**).

Figura 7 - Dissecção em laboratório de Anatomia da Universidade de Boston, no final do século XIX

Fonte: https://www.countway.harvard.edu/chm/archives/iotm/iotm_2003-05.html. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

No Brasil, apesar do desenvolvimento considerável da Anatomia na Europa desde o século XVI (onde em Portugal, com a reforma administrativa da Universidade de Coimbra em 1772 visando à atualização da Faculdade de Medicina, a Anatomia era praticada por intermédio da dissecção de cadáveres), o estudo dessa ciência quase que não existiu até o final do século XIX. Isso porque o uso de cadáveres humanos, contrariamente ao que acontecia na Europa moderna (FOUCAULT, 1972), era proibido entre nós pelo Santo Ofício (PIRES, 1989).

Criada em 18 de fevereiro de 1808, a Escola Médica da Bahia foi a primeira escola de medicina do Brasil, e teve como professor de Anatomia, o Doutor José Soares de Castro. Durante os seus primeiros anos (de 1808 a 1815), o ensino da Anatomia limitava-se a lições teóricas.

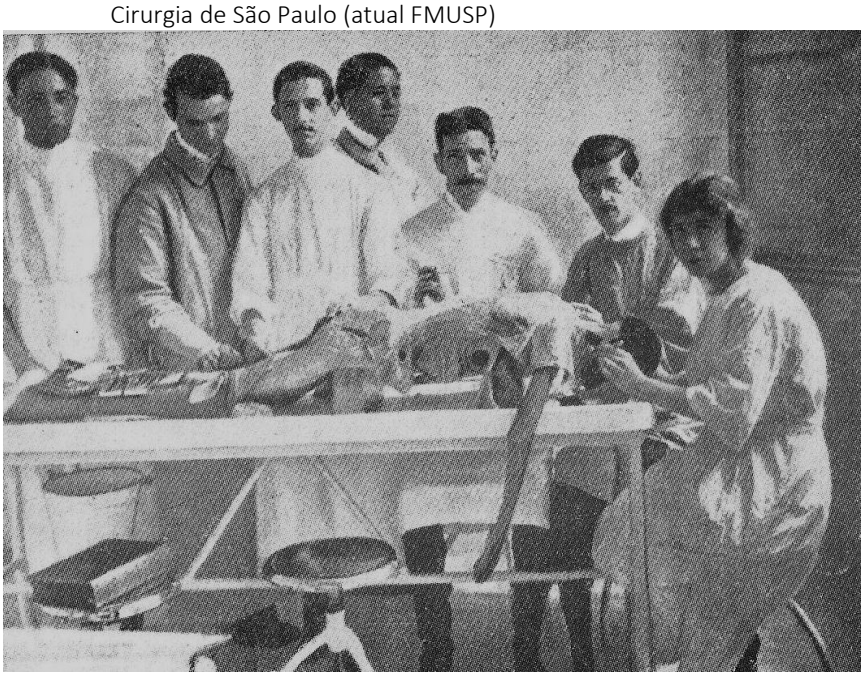
Na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 02 de abril de 1808, foi nomeado para essa função, o cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém (SANTOS FILHO, 1991). Como na Bahia, o ensino da Anatomia era essencialmente teórico; porém, algumas vezes eram praticadas dissecções em carneiros. A partir de 1813, ao ensino da Anatomia

embasado em textos franceses, incorpora-se a dissecção de cadáveres, sob a orientação do professor Joaquim José Marques (TAVANO, 2009).

Em São Paulo, convidado pelo Doutor Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920), fundador em 1912 da então Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Professor italiano Alfonso Bovero (1871-1937) foi contratado em 1914 para assumir a Cátedra de Anatomia (LIBERTI, 2010). Discípulo de Carlo Giacomini (1840-1898) na Universidade de Turim, Bovero teve uma formação acadêmica que aliou a docência e a pesquisa, uma síntese da proposta descritiva italiana com o experimentalismo, o comparativismo e o incentivo à pesquisa, sugeridos pelos alemães. Com essa formação, rejeita o modo de ensino de Anatomia até então praticado no país e, ao promover o acesso direto ao cadáver, incentiva também a pesquisa, necessários para a formação e a prática médica (TALAMONI, 2012).

Com o seu discípulo Renato Locchi (1876-1982) assumindo a cátedra de Anatomia após a sua morte em 1937, manteve-se a tradição da prática da dissecção como parte crucial do processo de ensino e aprendizagem (TALAMONI, 2012). Nessa fase, Departamento de Anatomia da FMUSP recebia de 200 a 250 cadáveres por ano, tornando o ensino prático muito eficiente (LOCCHI, 1942) (**Figura 8**).

Figura 8 - Dissecção no laboratório de Anatomia da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual FMUSP)



Fonte: Guimarães, A. P. – Arnaldo Vieira de Carvalho, Biografia e Crítica, 1967.

Legenda: Destacam-se o jovem professor Benedito Montenegro (segundo, da esquerda para a direita) que, embora tendo se firmado como eminente cirurgião, atuou durante muitos anos como assistente do professor Bovero.

2.2 A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS

A abordagem do tema pelos diversos autores citados a seguir, visa não somente a descrição das características, desenvolvimento e procedimentos dos programas de Doação Voluntária do Corpos para Estudo Anatômico, mas também expô-los à avaliação em vários aspectos, quer sejam eles legais, éticos, morais, religiosos, ou propriamente de ensino e pesquisa.

Nos primórdios da década de 1970, Wiecking (1974) comenta sobre o interesse da população do Estado da Virgínia (EUA) em doar o corpo ou partes dele, e que com o esclarecimento sobre os procedimentos necessários para essa atitude contidos no "Uniform Anatomical Gift Act", vem ocorrendo um aumento da relação número de corpos doados/corpos não reclamados, passando de 10/209 em 1969-1970, para 33/124 em 1972-1973. Salienta que os jornais e outras mídias têm sido uma poderosa fonte capaz de moldar e influenciar favoravelmente a atitude da população a respeito do uso científico do corpo e suas partes.

Na Escola Médica da Universidade de Otago, Fennel e Jones (1992) formularam um questionário enviado para pessoas que tinham manifestado a intenção de doar seus corpos para a faculdade. O questionário solicitava, entre outras, informações sobre o sexo, estado civil, idade, ocupação, fonte de informação sobre o programa de doação, razões que levaram a doar e a expectativa sobre o uso do cadáver. Verificaram que as razões mais comuns para esse ato eram a de ajudar a ciência e gratidão à profissão médica, e que os indivíduos não souberam distinguir entre a utilização do cadáver para o ensino médico, ou para a pesquisa.

Lagwinski et al. (1998) analisaram os aspectos como idade, sexo, raça, estado civil, grau de educação, ocupação, em 1.267 potenciais doadores inscritos no programa da Escola e Medicina de Ohio, no período de 1978 a 1993. Observaram que o perfil do doador são mulheres brancas com mais de 70 anos que exercem atividades domésticas e com terceiro grau completo, e que homens com essas características (exceto a ocupação) também são doadores, mas em menor quantidade. Casais manifestaram-se como doadores conjuntos, em 32,1% dos casos.

Para Watkins et al. (1998), quando da doação, geralmente o histórico médico do doador é aceito como suficiente para se confirmar a presença ou não de uma doença infecciosa. Sabendo que os programas de doação voluntária de corpo são atualmente conduzidos por regras bem estabelecidas, e como o programa do Medical College of Wisconsin onde atuam, fornece cadáveres para outras instituições, e desconhecendo algum protocolo oficial que obrigue a realização de testes para doenças infecciosas nos corpos doados para uso em ensino e pesquisa, os autores apresentaram um estudo em 785 cadáveres recebidos de 1992 a 1997 por aquela instituição, onde analisaram em amostras sanguíneas, a presença de vírus para a Imunodeficiência adquirida (HIV), hepatite B (HBV) e hepatite C (HCV). Detectaram que 2,3% da amostra (18 indivíduos) estava infectada (2 positivos para HIV, 6 para HBV e 10 para HBC), e concluíram que, para que se evite a contaminação, a realização desses testes deve ser condição prévia ao uso de cadáveres dos doadores.

Boulware et al. (2004) realizaram uma pesquisa no Estado de Maryland (EUA) sobre doação de corpos, onde incluíram questões como idade, raça/etnia, nível educacional e financeiro, estado civil, religião/espiritualidade, confiança em hospitais. De 285 participantes, 49% consideraram a doação, sendo os itens raça/etnia e nível educacional, os que mais influenciaram a voluntariedade dos participantes.

Na Tailândia, Winkelmann e Güldner (2004) relatam que os cadáveres para estudo são obtidos através de doação voluntária não remunerada, e que ultimamente tem ocorrido um declínio no número de doações, uma vez que a maioria dos tailandeses é budista e relutam em doar, por acreditarem no seu renascimento. Todavia, os autores identificaram dois fatores que podem auxiliar o povo tailandês a superar essa limitação, com o consequente aumento no número de doações: a aprovação da doação oficializada pelo Rei Bhumibol (o que consideram um poderoso incentivo), e que os doadores adquirem o status elevado de "notável professor" (*ajarn yai*).

Considerando que, na Turquia, existe um número insuficiente de cadáveres para o estudo da Anatomia devido ao declínio do número de corpos não reclamados, e de poucos obtidos por doação, Sehirli, Saka e Saikaya (2004) avaliaram a atitude dos anatomistas (83 profissionais) frente ao assunto sobre a doação de corpos. Dentre as respostas, ressalta-se que 51% consideram a doação é a solução a longo prazo; 83,1 % acreditam que uma campanha sobre o assunto pode ajudar no aumento da captação de corpos; 47% estariam

dispostos a participar da campanha e 15,7% estariam dispostos a doar os seus corpos. Dentre as razões pelas quais 63,3% não doariam, estão ser dissecado por colegas (15,7%); a não aceitação da família em doar (26,5%); razões psicológicas (43,4%); desrespeito ao cadáver (26,5%) e crenças religiosas (3,6%).

Na Irlanda do Norte, Taylor e Wilson (2007) fazem uma extensa avaliação das normas do "Human Tissue Act" de 2004, e a importância da doação de corpos para estudos. Relatam uma ampla flutuação no recebimento de cadáveres legados em testamento (55 entre 1957 e 1962, e 196 no período de 1977 a 1985), com um declínio evidente a partir de 2005/2006. Concluem sobre a necessidade de se conscientizar a opinião pública, informando que o sucesso do treinamento de médicos e dentistas depende da doação de corpos.

Sato (2007) descreve que no Japão, com o aumento das escolas médicas a partir da década de 1970 e a necessidade de se incrementar o material para estudo anatômico não somente com cadáveres não reclamados, mas também oriundos de doações; professores de Anatomia e líderes de organizações de doadores voluntários compreenderam a necessidade de se formular um procedimento para beneficiar o desenvolvimento de uma lei de doação de corpos, que foi proposto para o Ministério da Educação. Como resultado foi instituído, em 1982, o "Certificado Oficial de Reconhecimento do Ministério da Educação" (com o nome do doador e fornecido aos familares), e criada em 1983, a "Lei de Doação de Corpos", o que para sociedade assegurou a aceitação cultural do conceito da doação de corpos (uma vez que foi certificado pelo Governo), e auxilia a reforçar o desejo verdadeiro do falecido, e não dos membros da família. Com isso, o número de cadáveres tem sido suficiente para suprir as necessidades dos trabalhos de dissecção nas escolas médicas do Japão.

Dado o papel importante que a dissecção desempenha no caráter das atitudes dos estudantes de medicina frente à vida e à morte, e que as mesmas não foram avaliadas no contexto da doação de corpos para estudo, Cahill e Ettarh (2008) realizaram, através de questionários, uma pesquisa sobre o assunto com os estudantes do primeiro ano de uma escola de medicina da Irlanda, antes e depois de iniciados os trabalhos de dissecção, e novamente depois de 9 semanas. A idéia de doar o corpo diminuiu significativamente entre os estudantes após a exposição à dissecção, passando de 31,5% antes dos procedimentos, para 19,6% após 9 semanas. Concluíram que, como uma população de doadores em potencial, os estudantes são relutantes em se tornar emocionalmente envolvidos no processo de doação.

Em uma abordagem ética sobre a doação, Gunderman (2008) interagiu com os aspectos egoísta e liberal, o porquê de as pessoas escolherem doar seus corpos para a educação e a ciência, e que tipo de apelo devem ter em mente os anatomistas e médicos para que os pacientes e familiares procedam à doação? A análise sob o ponto de vista do egoísmo demonstrou que, entre outras constatações, as pessoas querem desfrutar dos benefícios da doação, sem doar o próprio corpo, ou podem simplesmente mentir sobre as suas intenções, e assim aproveitar dos benefícios da doação durante a vida. Sob o aspecto liberal, associou a generosidade que harmoniza as pessoas com a necessidade de outras, sendo que o ato generoso completa um indivíduo que naturalmente quer compartilhar com outros e, por isso, quando se oferecem através da doação do corpo, se entregam por inteiro.

Zhang et al. (2008) avaliaram os principais obstáculos da cultura chinesa para a doação de corpos para o estudo da Anatomia, uma vez que as escolas médicas vêm se deparando com a diminuição de cadáveres para ensino e pesquisa, e propuseram uma solução ética com o intuito de mudar naquela cultura, o estudo da Anatomia com dissecção. Descreveram que aspectos supersticiosos tradicionais sobre o corpo, a falta de legislação que regula as doações e a deficiência de canais efetivos que promovam a doação são os principais obstáculos. Concluíram ser necessário a remoção das barreiras culturais e a mudança da visão dos chineses sobre o ato de doação, e estabeleceram no Departamento de Anatomia da Universidade de Nanjing, um “Centro Educacional para Ética Médica”, a fim de promoverem o respeito aos cadáveres, cuidar para que as pessoas nutram carinho especial pelo que o cadáver representa, e ganhar a confiança dos potenciais doadores.

A Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Pádua criou, no ano de 2004, a “Associação para a doação de corpos para estudo morfológico” para ser utilizado em ensino e pesquisa. Para analisar os princípios e procedimentos a serem seguidos nos processos de doação, também foi instituída uma “Comissão sobre Doação para a Educação Médica”, formada por professores de Anatomia, Medicina, Medicina Legal, membros do Comitê de Ética em experimentação do hospital de Pádua, bem como representantes do Colégio de Cirurgiões daquela cidade. Com isso, o departamento de Anatomia da Faculdade recebeu diversas declarações de pessoas desejando doar o corpo para estudo, bem como cadáveres que vêm sendo utilizados em práticas de dissecção. O programa é amplamente divulgado através da mídia de massas, bem como em reuniões e congressos científicos (DE CARO; MACCHI; PORZIONATO, 2009).

A fim de saber se a idade influencia no ato de doação pelos estudantes de medicina, Perry e Ettarh (2009) elaboraram um questionário aplicado aos alunos do primeiro ano do curso médico, iniciantes na prática da dissecção no curso de Anatomia. Os resultados demonstraram que o processo é aceito para corpos de desconhecido (83,8%), membros da família (43,2%) ou responsável (40,5%), e que a idade modula as influências sobre as atitudes prévias relativas à doação de corpo que a exposição à dissecção causa nos estudantes de medicina mais jovens.

Numa retrospectiva realizada de 1876 a 2009 no Departamento de Anatomia e Biologia Estrutural da Escola de Ciências Médicas da Universidade de Otago (Nova Zelândia), sobre a doação de corpos e uso de cadáveres para o ensino e a pesquisa naquela instituição, Cornwall e Stringer (2009) relataram que o programa oficial de doação estabelecido em 1943, permite o recebimento de mais de 40 cadáveres por ano. Além do curso médico, esses corpos vêm sendo utilizados em outros nove cursos oferecidos pela universidade, muitos deles em especialidades da medicina, promovendo uma melhor abordagem sobre a Anatomia clínica, baseada em evidências. Concluíram que essa avaliação de mais de um século na educação anatômica daquela Universidade, realça utilidade de um programa de doação vigoroso, e a abrangência alcançada de estudantes e profissionais de saúde que interagem com essa fonte preciosa de material humano para seus estudos.

Admitindo que a Anatomia constitui-se em um dos alicerces do currículo médico, e que não pode ser praticada sem a obtenção adequada de cadáveres, o que se constitui em um desafio para as escolas médicas com um número elevado de estudantes, Stimec, Draskic e Fasel (2010) descrevem a situação dos programas de doação na Sérvia, um país que fornece pouca informação aos indivíduos sobre o assunto, e que não possui uma legislação adequada. Em vista dessa situação, os autores elaboraram procedimento na lei de saúde, cujos principais objetivos foram: a identificação das opções para a obtenção de cadáveres (programas de doação, corpos não reclamados, e corpos com a permissão de parentes); definição da responsabilidade das instituições em informarem as escolas médicas sobre a possível candidatura à aquisição; procedimentos de armazenamento dos corpos; confidência sobre a identificação, e sepultamento do falecido após a utilização nos estudos anatômicos. Concluíram estarem convencidos que o programa de doação de corpos com o estabelecimento de legislação própria é a solução definitiva, e que a utilização de corpos não

reclamados deve ser mantida como uma solução provisória, até que seja atingido um nível satisfatório de conscientização pública sobre o problema.

Ao analisar os 2.357 doadores potenciais e as 1.363 pessoas falecidas registradas na Universidade de Groningen (Holanda), Wijbenga et al. (2010) verificaram que 29% das pessoas cadastradas entre 2003 e 2008 (sendo 155 homens e 85 mulheres) faleceram em até 1 ano após oficializarem a doação, como que "tomando uma decisão de última hora". Consideraram, com a metodologia empregada, ser possível de se estabelecer um prognóstico estatístico que permita monitorar e antever a chegada dos corpos para estudo.

Na mesma Universidade de Groningen, Bolt et al. (2010) enviaram questionários a 996 pessoas envolvidas no programa de doação, com perguntas focando os motivos da doação, e as características sociais dos doadores. Responderam ao questionário 76% dos entrevistados, sendo 98% holandeses (com 79% não afiliados a igrejas), 25% profissionais da área de saúde e 11% envolvidos em educação. Descreveram 3 fatores que motivaram a doação: o desejo de ser útil após a morte; a atitude negativa frente aos funerais, e a expressão de gratidão. Apesar da recessão econômica naquele País, somente 8% alegaram motivos financeiros para realizarem a doação.

Com o objetivo de determinar se ocorreram mudanças no perfil dos indivíduos que legaram seus corpos para a "Otago Medical School" (OTM), McClea e Stringer (2010) selecionaram, de forma aleatória, 200 doadores que registraram sua intenção de doação, entre os anos de 2000 e 2009 e enviaram um questionário solicitando, entre outras, informações sobre idade, sexo, estado civil, profissão, motivo para a doação e decisão para a escolha do doar o corpo inteiro. Responderam 140 indivíduos (70% da amostra), com a maioria apresentando idade acima de 50 anos, poucos profissionais da área de saúde (nenhum médico), aproximadamente 40% oriundos de famílias de doadores, e 90% afirmando que a principal razão para a doação do corpo era a de auxiliar ao ensino e à pesquisa. Concluíram que a OTM ainda depende da doação altruísta de corpos para ensino e pesquisa, e que os doadores estão mais bem informados sobre a utilização de seus corpos pela Faculdade.

OBJETIVOS

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Estabelecer procedimentos que permitam desenvolver, oficializar e institucionalizar o programa de doação voluntária de corpos para Estudo Anatômico (***pdvcea***), do Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (**DA-ICB/USP**).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Colher asinformações sobre o conhecimento e a opinião de anatomistas e leigos, quanto à doação voluntária de corpos para Estudo Anatômico;
b) Obter dados de leigos e de profissionais médicos que atestem a importância da disciplina e da dissecção de cadáveres em suas respectivas especialidades;
c) Legalizar, em âmbito Estadual, os trâmites para a emissão da Certidão de Óbito relativos aos corpos destinados ***pdvcea***;
d) Elaborar o fluxograma do ***pdvcea***;
e) Divulgar, no âmbito da universidade e da sociedade em geral, através de diferentes canais de veiculação, o ***pdvcea*** do **DA-ICB/USP**;
f) Adquirir jazigo próprio do **DA-ICB/USP** para servir de local à prática de reverências por familiares e amigos em memória dos doadores.

CASUÍSTICA

4 CASUÍSTICA

4.1 ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS

O presente questionário foi formulado com o objetivo de levantar e identificar, através de um plano exploratório, o conhecimento do tema "doação voluntária de corpos", bem como as razões que levariam os participantes a serem Doadores ou não Doadores. A intenção foi a de estabelecer um primeiro contato, restringindo interpretações com a problemática da doação de corpos. O questionário foi criado a partir da coleta de dúvidas e explanações comuns quando se aborda o assunto em questão, em conversas informais da autora com públicos diferentes. Formado por doze itens interrogativos, o mesmo contemplou informações sócio-demográficas (idade, sexo, profissão, religião e grau de escolaridade); o conhecimento e a atitude frente ao tema, e os motivos que podem levar o indivíduo a doar ou não o próprio corpo para Estudo Anatômico (Apêndice A).

4.1.1 Amostra

Foram constituídos dois grupos, sendo um de profissionais Anatomistas e outro, de alunos Primeiranistas.

4.1.1.1. Anatomistas

Esse grupo foi formado por 424 indivíduos participantes do XXIV Congresso Brasileiro de Anatomia (CBA), realizado no período de 09 a 13 de outubro de 2010, na Cidade de Ribeirão Preto, SP.

4.1.1.2 Alunos Primeiranistas

O grupo de alunos foi formado por 630 calouros dos cursos de Medicina, Terapia Ocupacional, Educação Física, Fisioterapia, Odontologia, Nutrição, Farmácia e Bioquímica, Fonoaudiologia da USP, e do curso de Educação Física da Universidade Paulista (UNIP).

4.1.2 Procedimento

O questionário foi respondido individualmente com tempo médio de 5 minutos, sem identificação pessoal. No XXIV-CBA, com a autorização cedida pelo presidente do congresso. Assim que o congressista adentrava ao anfiteatro de convenções, foi entregue uma folha impressa, sem qualquer explicação oral, que era recolhida ao final do expediente do Congresso.

Para os calouros, mediante autorização do professor responsável pelo curso, o questionário foi entregue na primeira aula de Anatomia do primeiro ano do curso, antes mesmo que houvesse apresentação do docente e da disciplina. O tempo médio para resposta foi de 5 minutos, sendo o questionário recolhido após esse período sem qualquer explicação sobre o assunto, justamente para não haver indução na resposta.

Para os dois grupos, considerou-se válido o questionário respondido por completo.

4.2 ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA A AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA DISSECÇÃO PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

Com o intuito de coletar e analisar, através de um plano exploratório, a importância da disciplina Anatomia, bem como da prática da dissecção na atuação profissional médica, elaborou-se dois questionários, sendo o primeiro específico para profissionais médicos, e o segundo, aberto à população em geral.

4.2.1 Profissionais Médicos

O questionário foi criado a partir de informações colhidas junto ao laboratório do **DA-ICB/USP**, sobre a falta de cadáveres para o ensino da Anatomia Humana, e a importância da dissecção para a formação médica. Com catorze itens interrogativos, o mesmo contemplou, além dos itens anteriormente descritos, informações sócio-demográficas (idade, sexo, profissão, religião e grau de escolaridade), e a crescente substituição do material cadavérico por animais e materiais sintéticos e tecnológicos nas diferentes Universidades (**Apêndice B**).

4.2.1.1 Amostra

O questionário foi enviado, via correios, para mil profissionais Médicos cirurgiões com dados pessoais incluídos no site do Conselho Regional de Medicina (www.cremesp.org.br).

4.2.1.2 Procedimento

Através dos dados pessoais e de endereço dos médicos cirurgiões, agrupados por especialidades médicas, os mesmos foram contatados por telefonemas em seus respectivos consultórios, com prévia apresentação, para a confirmação do endereço completo e consequente envio da correspondência em envelope padronizado, com o timbre oficial do ICB/USP.

O conteúdo da mesma era composto pelo *questionário*; pelo "*Termo De Consentimento Livre e Esclarecido*" elaborado a partir das regras do Comitê de Ética em Humanos do ICB (**Apêndice C**), e um *envelope pré-pago*, com o endereço do destinatário

colado em etiqueta, para a devolução – sem identificação - do questionário respondido, sem custos ao voluntário.

Considerou-se válido o questionário respondido por completo.

4.2.2 População em Geral

Neste questionário, foram elaboradas três perguntas a fim de se obter a opinião quanto à confiança da população frente à formação acadêmica do profissional médico cirurgião (Apêndice D).

4.2.2.1 Procedimento

Utilizou-se o site www.surveymonkey.com , específico para a criação de pesquisas, as perguntas foram enviadas aos destinatários da lista de contato da autora, solicitou-se, também, aos entrevistados que o encaminhasse para seus contatos. As questões ficaram disponíveis para respostas por um período de trinta dias.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos nos itens 3.1 e 3.2 foram tabulados e, quando necessário, cruzados com a aplicação do teste Qui-quadrado (ZAR, 1984).

4.4 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO: O *PDVCEA* DO DA-ICB/USP

Com o objetivo de desenvolver, instaurar e divulgar Programa de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico que pudesse atender às necessidades do DA-ICB/USP, foram coletados e avaliados diferentes aspectos, descritos nos itens a seguir.

4.4.1 Leis que regem a destinação de corpos para estudo em anatomia humana

No caso específico dos corpos utilizados para o estudo da Anatomia Humana no ICB/USP, até os dias atuais, os mesmos são de indivíduos não reclamados (indigentes), e provenientes do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC). A fim de receber esse material, o DA-ICB/USP cumpre as determinações descritas na Lei Federal n. 8501/92 e no Provimento n. 16/97, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Anexos A e B).

As 10 etapas correspondentes a esse processo, aprovada pelo Conselho de Departamento em 23/02/2012, e que envolvem desde a obtenção de Boletim de Ocorrência até a Lavratura do Atestado de Óbito, estão expressas no anexo C.

4.4.2 Programas em execução de doação voluntária de corpos.

Durante o "I e o II Encontro Internacional de Ensino em Anatomia" realizados pelo DA-ICB/USP, respectivamente entre os dias 08 a 13/03/2010 e 25 a 27/07/2011 na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira da USP, e durante o XXIV Congresso Brasileiro de Anatomia, realizado pela Sociedade Brasileira de Anatomia (SBA), no período de 09 a 13/10/2010, no centro de convenções de Ribeirão Preto, foram discutidos os programas e/ou procedimentos para a "*Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico"*. Dentre eles, os existentes nos Departamentos de Anatomia das Universidades Federais de Minas Gerais,

Pernambuco, São Paulo e de Ciências e Saúde de Porto Alegre; Vanderbilt University Medical Center (Tennessee- EUA); Mont Sinai School of Medicine (Nova Iorque- EUA); Mayo Clinic (Minnesota- EUA) e University of Toledo (Toledo- Ohio- EUA).

4.4.3 Consulta às agências funerárias do Município de São Paulo, sobre a Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico.

Durante todo o mês de fevereiro de 2010, a fim de obter informações relativas ao tema, foram contatadas via telefone, todas as agências funerárias da cidade de São Paulo, sendo que das treze existentes, apenas nove atenderam. Na oportunidade, informava-se inicialmente ao atendente o falecimento de um familiar que, em vida, havia disponibilizado o seu corpo para estudo em universidade, e questionava-se qual(is) procedimento(s) deveria(m) ser tomado(s), uma vez que a seguinte documentação pertinente já se encontrava em seu poder: atestado de óbito, documento da intenção de doação (devidamente escrito, assinado e com firma reconhecida em cartório perante três testemunhas), e o termo da universidade assinado por representante legal, afirmando estar a mesma habilitada a receber o corpo. Em seguida, procedia-se aos seguintes questionamentos: onde deveria ser registrado o óbito; se o velório poderia ser suprimido; como o corpo seria transportado e, finalmente, quais os custos envolvidos.

4.5 IMPLEMENTAÇÃO DO *PDVCEA* DO DA-ICB/USP

O *pdvcea* do DA-ICB/USP foi então elaborado a partir das informações obtidas nos itens 3.4.1; 3.4.2 e 3.4.3, acrescidas pela colaboração inestimável da Sra. Claudete Rodrigues de Souza, representante da Associação Registral das Pessoas Naturais (ARPREN) no Serviço Funerário do Município de São Paulo, com experiência de 20 anos na elaboração de documentação relacionada aos trâmites legais que regem a destinação de corpos de indivíduos indigentes, para o estudo da Anatomia.

Desta forma, foram preparados os seguintes documentos:

a) *Cartilha de esclarecimentos* sobre o ***pdvcea*** do ICB/USP (Apêndice E);

b) *Termo de Declaração de Vontade e Testemunho de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico* (Apêndice F);

c) *Formulário de Registro do Doador Voluntário de Corpos para Estudo Anatômico* (Apêndice G);

d) *Termo de Aptidão* (Apêndice H);

e) *Termo de Recebimento* (Apêndice I);

f) *Fluxograma* do ***pdvcea*** (Apêndice J);

g) *Procedimentos* do DA-ICB/USP, para a Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico (Apêndice L).

RESULTADOS

5 RESULTADOS

5.1 AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO

Os dados sócio-demográficos referentes às avaliações realizadas com os *Anatomistas* e *Primeiranistas* estão expressos, em porcentagens, nas tabelas de 1 a 5 a seguir.

Tabela 1 – Idade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Idade	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
17-21 anos:	20,8	80
22-30 anos:	42	17
Acima 31 anos	37,2	3
Total	100	100

Tabela 2 – Sexo dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Sexo	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Feminino	49,3	57
Masculino	50,7	43
Total	100	100

Tabela 3 – Estado Civil dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Estado Civil	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Casado	26,7	2
Solteiro	67,1	97
Outros	6,2	1
Total	100	100

Tabela 4 – Escolaridade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Escolaridade	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Ensino Médio	17,7	85,5
Superior	35,1	13,8
Pós-graduação	47,2	0,7
Total	100	100

Tabela 5 – Idade dos Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Religião	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Católico	68,4	66,2
Espírita	14,6	8,1
Evangélico/Protestante	10,1	11,5
Agnóstico/Ateu	3,7	9,8
Outros	3,2	4,5
Total	100	100

De maneira geral, em ambos os grupos, houve um predomínio de indivíduos jovens com menos de 30 anos (62,8% Anatomistas; 97% Primeiranistas). Relativamente ao estado civil, a predominância foi de indivíduos solteiros (67,1% Anatomistas; 97% Primeiranistas), enquanto que o grau de escolaridade dos entrevistados demonstrou uma predominância de formação em curso superior e de pós–graduação para os Anatomistas (82,3%), enquanto que nos Primeiranistas, o predominou o curso médio (85,5). A maioria dos entrevistados era de religião católica, sendo 68,4% dos Anatomistas, e 66,2% dos Primeiranistas. Quanto ao sexo não foram detectadas diferenças nos grupos avaliados.

Nas tabelas 6 a 9 estão inseridos, em porcentagem, os dados relativos à doação de corpos para o estudo da Anatomia.

Tabela 6 – Conhecimento sobre doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Você já ouviu falar sobre doação de corpo para o estudo da Anatomia?	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Sim	95,7	77
Não	4,3	23
Total	100	100

Tabela 7 – Opinião sobre doação do próprio corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Você doaria seu corpo para o estudo da Anatomia?	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Sim	34,2	24,9
Não	30,7	28,4
Não tenho opinião formada	35,1	46,7
Total	100	100

Tabela 8 – Conhecimento dos procedimentos necessários para a doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Você conhece quais os procedimentos e documentos necessários para a doação voluntária de corpo para o Estudo Anatômico?	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Sim	31,4	1,3
Não	68,6	98,7
Total	100	100

Tabela 9 – Realização dos procedimentos necessários para a doação de corpo entre os Anatomistas e Primeiranistas - dados obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

Você já realizou os procedimentos (documentos preenchidos, com testemunha, assinados em cartório e entregues à universidade), para que o seu corpo, após seu falecimento, seja conduzido aos estudos?	Anatomistas (%)	Primeiranistas (%)
Sim	2,4	0,3
Não	97,6	99,7
Total	100	100

Pela análise da tabela 6, verificou-se que a quase totalidade dos Anatomistas e 3/4 dos Primeiranistas já ouviram falar sobre doação de corpos. Quando questionados se doariam seus corpos para estudo, o que se observou em ambos os grupos foi um equilíbrio entre as possíveis alternativas, ou seja, cerca de 1/3 para cada uma delas. A grande maioria dos participantes, de ambos os grupos, demonstrou não conhecer os procedimentos, nem tampouco realizou os procedimentos necessários para a efetivação da doação.

Sobre a questão "**Você doaria seu corpo para o estudo da Anatomia?"**, nas tabelas 10 e 11 encontram-se expressos em porcentagem, os resultados relativos aos motivos pelos quais, respectivamente, *doariam/ não tenho opinião formada* ou *não doariam/ não tenho opinião formada.*

Tabela 10 – Dados da pesquisa sobre os *motivos doação/não tenho opinião formada* entre os Anatomistas e Primeiranistas - obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

	Anatomistas	Primeiranistas
Para contribuir para o avanço da educação na área da saúde	47,2	55,9
Para ajudar o próximo a ser um profissional melhor qualificado	31,8	28,1
Conheço a necessidade deste material nos laboratórios de Anatomia	46,9	24,1
Sou contra enterro/cremação ou outros	1,4	1,4
Serei útil mesmo após o meu falecimento	22,9	23,5
Sou sozinho (a)/ não tenho parentes	0,7	0
Em agradecimento à ciência	13	11
Outros	2	2,2

Entre os Anatomistas, avaliando-se os resultados do primeiro quesito (47,2%), é possível inferir que o altruísmo ocupa posição de destaque, reiterado pelo segundo (31,8%) e terceiro (46,9%) quesitos, reforçado, ainda, pelo resultado do quarto quesito (1,4%), uma vez que ser contra enterro/ cremação, não configura motivo para a doação.

Mesmo tendo sido verificada uma menor porcentagem relativa aos quesitos 2 (28,1%) e 3 (24,1%), nota-se que entre os Primeiranistas uma tendência ao altruísmo, apontada pelo quesito 1 (55,9%).

Tabela 11 – Dados da pesquisa sobre os *motivos não doação/não tenho opinião formada* entre os Anatomistas e Primeiranistas - obtidos durante pesquisa entre outubro de 2010 a fevereiro de 2011

	Anatomistas	Primeiranistas
Familiares não aceitariam	22,4	23,8
Despreparo da academia em receber o cadáver	13,7	3,2
Vergonha em ser reconhecido	5,9	7,5
Quero ser enterrado/cremado ou outros	21,9	33,5
Motivos religiosos	5,7	5,9
Desconhecimento das técnicas anatômicas de estudo	1,4	11,3
Outros	10,4	7,6

Ao se avaliar os dados da tabela 11, verifica-se que, tanto para os Anatomistas, como para os Primeiranistas, os quesitos 1 (22,4%; 23,8%) e 4 (21,9%; 33,5%) são os principais fatores que justificam a não doação. Cumpre ressaltar, a baixa porcentagem por motivos religiosos.

5.2 AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E A OPINIÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA DISSECÇÃO PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

Das 1000 correspondências enviadas, somente 163 retornaram, ou seja, 16,3%. Relativamente à idade, os médicos exibiram uma média de 51,1 ± 10,7 (variando de 30 a 85 anos). Destas, 81,6% eram de profissionais do sexo masculino, e 18,4%, do sexo feminino, com diferentes especialidades cirúrgicas (65,6%) e clínicas (34,4%).

Nas tabelas 12 a 14, são considerados aspectos pertinentes à Anatomia e à dissecção.

Tabela 12 – Conhecimento Anatômico e Dissecção de Cadáveres entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012

	Você considera o conhecimento Anatômico o alicerce para a sua atuação profissional?	Você considera importante a dissecção em cadáveres e/ou peças cadavéricas para a aquisição do conhecimento Anatômico/Cirúrgico?
Sim	97,5	100
Não	2,5	0
Total	100	100

Tabela 13 – Dissecção durante Graduação e Pós Graduação entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012

	A dissecção de cadáveres e/ou peças cadavéricas constou do currículo da disciplina de Anatomia Humana durante o seu curso de graduação?	A prática da dissecção fez parte da sua Pós-graduação (Especialização, Residência, Mestrado, Doutorado...)?
Sim	96,9	58
Não	3,1	42
Total	100	100

Tabela 14 – Números de cadáveres e a dissecção entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012

	O número de cadáveres e/ou peças cadavéricas que você dissecou, foi suficiente para a sua formação profissional?	A dissecção anatômica em cursos preparatórios foi fundamental para a sua formação enquanto cirurgião?
Sim	82,8	87,3
Não	17,8	12,7
Total	100	100

Na tabela 12, nota-se que a grande maioria considera o conhecimento Anatômico como alicerce para a atuação profissional, bem como a importância da dissecção para a aquisição do conhecimento Anatômico.

Em quase 100% da população analisada, a dissecção caracterizou-se como prática comum nos laboratórios de Anatomia durante a graduação, fato não observado durante os cursos de Pós-Graduação (Tabela 13). Quando argüidos se o número de cadáveres dissecados foi suficiente, e se a dissecção foi fundamental para a formação enquanto cirurgiões, a grande maioria confirmou positivamente a questão (Tabela 14).

As respostas sobre a utilização de material sintético e de animais para treinamento e substituição do material humano, são observadas nas tabelas 15 e 16.

Tabela 15 – Treino de técnicas manuais em cadáveres, materiais sintéticos e animais entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012

	Você treinou suas habilidades manuais de técnicas cirúrgicas (novas ou consagradas) previamente em cadáveres, antes de executá-las em seus pacientes?	Você faz uso de materiais sintéticos e de tecnologias de imagem para obter conhecimento Anatômico e cirúrgico, bem como treinar suas habilidades manuais?	Você faz uso de animais para obter conhecimento Anatômico e cirúrgico, bem como treinar suas habilidades manuais?
Sim	60,4	56,2	64,8
Não	39,6	43,8	35,2
Total	100	100	100

Tabela 16 – Substituição de material cadavérico por animais e sintéticos entre os Médicos - dados obtidos durante pesquisa entre julho 2012 a outubro 2012

	Você acredita que a prática em animais (como cães, porcos, etc.), retrata bem os aspectos relativos à Anatomia/|Cirurgia, podendo estes substituir os cadáveres humanos?	Você acredita que o corpo humano ou partes dele reproduzidos em materiais sintéticos (bonecos, membros, vísceras, etc.) e tecnologias de imagem (ultrassom, ressonância magnética, tomografia computadorizada, etc.), retratam bem a Anatomia Humana, podendo substituir os cadáveres humanos?
Sim	12,4	8,6
Não	82,1	78,5
Não tenho opinião formada	5,6	12,9
Total	100	100

Em linhas gerais, quando se analisa os dados da tabela 15, cerca de 2/3 da população analisada treinaram as habilidades manuais em cadáveres humanos e animais, enquanto 56,2% se utilizaram de materiais sintéticos.

Como demonstrado na tabela 16, a maior parte dos entrevistados afirmou que não é possível a substituição do material humano por animais, tampouco por materiais sintéticos.

Os dados referentes ao questionário disponibilizado via online por um período de 30 dias e respondido por 845 indivíduos, contendo três perguntas sobre a opinião da população

geral frente à confiança no profissional cirurgião, estão expressos em porcentagem na tabela 17.

Tabela 17 – Confiança da população frente a formação do médico - dados obtidos durante pesquisa entre dezembro 2012 a janeiro 2013

	Supondo que você ou um ente querido necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que não estudou através de cadáveres, mas apenas em bonecos plásticos?	Supondo que você ou um ente querido necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que não estudou através de cadáveres, mas apenas em animais?	Supondo que você ou um ente querido necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que não estudou através de cadáveres humanos?
Sim	8,5	8,9	96,1
Não	91,5	91,1	3,9
Total	100	100	100

Os resultados não deixam dúvidas que, para a grande maioria da sociedade (96,1%), a confiança no médico cirurgião está intimamente associada ao estudo do profissional em cadáveres humanos.

5.3 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO (*pdvcea*)

Sobre as leis que regem a destinação de corpos para estudo em Anatomia Humana, encontra-se em vigor desde 1992 a lei 8501/92, que prevê a destinação de cadáveres de indigentes. Em 2002 foi aprovado o artigo 14 da lei 10406/2002 (Anexo D) do Código Civil Brasileiro, que afirma ser "*válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição* ***gratuita*** *do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo*". Com a criação da mesma, tornou-se viável a doação voluntária de corpo para estudos no Brasil, ato sacramentado desde 1968 em diversos centros de ensino dos Estados Unidos.

Como consequência da melhoria da qualidade de vida de nossa população e, principalmente, da evolução dos meios de comunicação através de telefones móveis, internet, sites de relacionamento, o fluxo de cadáveres advindos do SVOC/SP tem diminuído

substancialmente a cada ano, o que compromete diretamente a qualidade do ensino da Anatomia Humana. Tal fato, detectado há tempos, já havia sido observada anteriormente nos EUA, que procuraram sanar o problema à época, com a criação de campanhas de doação voluntária.

Atreladas à lei 10406/2002, as Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e de Ciências e Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), criaram oficialmente um Programa Voluntária de Doação de Corpos para Estudo Anatômico, adaptando-o às normas vigentes em seus respectivos municípios.

A criação do *pdvcea*- do DA- ICB/USP foi baseada nesses dois modelos, e teve como início a busca de informações nas treze agências do Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP), sendo que o contato foi possível somente com nove agências. Nestas, quando os atendentes (responsáveis ou não pela agência) foram questionados sobre de qual seria o procedimento a ser adotado quando da doação voluntária, todos demonstraram insegurança m suas respostas. Desta forma, em uma agência foi informado ser esse um procedimento simples, comparado aos demais casos rotineiros (sepultamento e cremação), com o transporte a cargo do SFMSP. Quatro agências adiantaram que bastava apenas levar o atestado de óbito e o documento de doação ao serviço funerário, solicitando, entretanto que fosse contatada a agência central, para que se confirmassem tais procedimentos. Uma das agências respondeu nunca ter realizado esse tipo de trabalho acreditando, contudo, ser uma ação semelhante às desempenhadas rotineiramente; ainda, outra agência afirmou que a elaboração desse processo estaria a cargo da Universidade/Faculdade interessada. Finalmente, duas agências informaram que seria necessário o comparecimento, portando o atestado de óbito e as declarações do Doador e da entidade receptora.

Quando questionadas de como se obteria a certidão de óbito para esse caso, quatro das nove agências responderam que a mesma seria emitida normalmente, ou seja, que a própria agência funerária encaminharia a documentação ao cartório, em que os familiares poderiam retirar o referido documento, após cinco dias; uma delas alertou sobre a necessidade do comparecimento ao cartório, previamente ao serviço funerário. As quatro restantes não souberam como proceder.

Todas as nove agências foram unânimes em afirmar que o velório pode preceder o encaminhamento para a Instituição de Ensino Superior, com o custo variando de acordo com o serviço escolhido (flores, caixão, etc.).

Com base nessas informações, verificou-se serem os trâmites referentes ao tema "doação de corpos" um assunto ainda desconhecido dos órgãos competentes, neste caso, o SFMSP.

Desta forma, tendo-se em conta a não existência no Estado de São Paulo, de uma normatização (municipal, estadual ou federal) para o assunto em questão, instituiu-se o ***pdvcea***, onde os seguintes critérios internos foram estabelecidos:

a) A *Cartilha de esclarecimentos sobre o* ***pdvcea*** *do* DA-ICB/USP*,* contendo as respostas às principais dúvidas sobre a atitude de doação do corpo, onde se esclarece, dentre as diferentes questões, que o preenchimento de toda a documentação pertinente não garante que o corpo seja efetivamente doado, havendo a necessidade de que os familiares tenham conhecimento da escolha e informem o DA-ICB/USP, tão logo ocorra o óbito (Apêndice E);

b) O *Termo de Declaração de Vontade e Testemunho de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico*, um documento em que o doador preenche seus dados de próprio punho, ofertando o corpo para estudos. Este documento, que além da assinatura do doador deve conter também a assinatura de testemunhas (todas elas com firma reconhecida) se faz necessário para corroborar com a lei 10406/2002, que trata da "disposição do próprio corpo". No caso do ***pdvcea*** *do* DA-ICB/USP, optou-se por três testemunhas parentes de primeiro grau (irmão, filho, pais ou cônjuge) que, além de evitarem divergências de opinião, serão as pessoas responsáveis por resolverem os trâmites legais quando da ocorrência do óbito. Serão emitidos três documentos originais, sendo um endereçado ao DA-ICB/USP e os outros dois mantidos em posse do doador e familiares (Apêndice F). No caso de o Doador expressar a sua intenção apenas verbalmente ou, ainda, quando tratar-se de menores de idade, o preenchimento do presente termo deverá ser realizado por familiares de primeiro grau (vide Apêndice K);

c) O *Formulário de Registro do Doador Voluntário de Corpos para Estudo Anatômico* que contém, além dos dados pessoais do Doador, o seu histórico médico, e que deve, após preenchido, ser enviado via correio, para o DA-ICB/USP (Apêndice G);

d) O *Termo de Aptidão*, criado para estabelecer os procedimentos de transporte e de registro do óbito, será enviado ao Doador tão logo o DA-ICB/USP receba o termo descrito no item b e, juntamente com o original deste mantido pelos familiares,

deverá ser apresentado pelos mesmos na agência central do SFMSP, para a solicitação do transporte do corpo (Apêndice H);

e) O *Termo de Recebimento*, elaborado e entregue aos familiares do Doador assim que o corpo adentrar no DA-ICB/USP, deverá ser anexado aos demais formulários a fim de que seja solicitada a certidão de óbito ao cartório mais próximo da ocorrência do óbito (Apêndice I);

f) O *Fluxograma* apresenta os trâmites burocráticos a partir da decisão da doação de corpo ao DA-ICB/USP (Apêndice J);

Admitido pela Diretoria do ICB/USP, representada pelo Prof. Dr. Rui Curi, como imprescindível para que se resolva o problema sério da obtenção de corpos para Estudo Anatômico, o ***pdvcea*** *do* DA-ICB/USP encontra-se nas fases de aprovação em diferentes instâncias, para a sua oficialização e consequente implantação. Desta forma, já obteve homologação junto ao Conselho de Departamento do DA-ICB/USP, na 355ª reunião, realizada em 25 de outubro de 2012. Concomitantemente, tendo como representante legal da USP o Procurador do Estado Carlos Eduardo Trevisan, solicitou-se através de petição junto ao MMo. Juiz Corregedor Geral de Justiça do Estado de São Paulo, o Dr. José Renato Nalini, a elaboração de um provimento normativo da doação voluntária. Tal fato justifica-se, uma vez que para a implantação do ***pdvcea*** *do* DA-ICB/USP*,* é necessário que para a lavratura do óbito o cartório, tão logo receba os documentos tenha autonomia para expedi-lo num prazo de 5 dias, como o fazem nos casos de sepultamento e cremação (Apêndice L).

Ainda, o ***pdvcea*** *do* DA-ICB/USP tem sido divulgado em diferentes meios de comunicação, como as Rádios Bandeirantes e USP, e nos sites do DA-ICB/USP, da Universidade de São Paulo e do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Seus efeitos iniciais já estão sendo sentidos, uma vez que o Departamento de Anatomia do ICB/USP já recebeu dois corpos, e partes de um membro inferior.

DISCUSSÃO

6 DISCUSSÃO

Existe, ao longo do tempo, um senso comum de que o conhecimento da Anatomia representa o fundamento da educação médica, e que, muito embora algumas Universidades tenham abandonado o uso de cadáveres no ensino da Anatomia (McLACHLAN et al., 2004; RIZZOLO; STEWART, 2006), a prática da dissecção, ou até mesmo o estudo em peças previamente preparadas – prosecção – (WINKELMANN, 2007), ainda consistem em métodos muito importantes para se compreender o aspecto multidimensional da Anatomia e suas variações, bem como os problemas patológicos e clínicos (GROSCURTH et al., 2001; BOLWARE et al., 2004; SEHIRLI; SAKA; SAIKAYA, 2004).

Apesar da escassez de corpos não reclamados destinados ao estudo da Anatomia, do advento de recursos computadorizados e do emprego de modelos nessa Disciplina para a formação dos profissionais das diferentes áreas da saúde, a dissecção nos dias de hoje, ao redor do mundo, é praticada em corpos obtidos por programas de doação bem estabelecidos (DLUZEN et al., 1996; WATKINS et al., 1998; CAHILL; ETTARH, 2008; ROCHA et al., 2012).

A dissecção é defendida como uma prática que não deve ser abandonada e nem tampouco substituída, não somente por desempenhar um importante papel educacional no ensino da Anatomia (CAHIL; ETTARH, 2008), mas também pelo fato de, sob o aspecto emocional -embora consista em uma atitude potencialmente estressante - apresentar o estudante de medicina à morte e ao seu primeiro “paciente”, e representar um rito de passagem necessário para servir como um modelo fundamental na futura relação médico-paciente (AZIZ et al., 2002; O’CARROLL et al., 2002; TEMKIN et al., 2002; PERRY; ETTARH, 2009). Além disso, em países do Oriente como a Tailândia, essa prática no cadáver é acrescida de um caráter didático pedagógico, uma vez que o mesmo é tratado como um respeitável professor (WINKELMANN; GÜLDNER, 2004).

Ao reconhecer que a utilização sensata de simuladores do corpo humano em 3D é uma ferramenta capaz de complementar a instrução anatômica, Zhang et al. (2008) são da opinião que o acesso às modernas tecnologias da “Anatomia virtual” ainda é precário na maioria da escolas, com equipamentos de mídia insuficientes para suplementar o ensino tradicional. Acrescentam que, pelo fato de os modelos computacionais fornecerem ao

estudante somente uma experiência sofrível sobre o conhecimento do corpo humano, a dissecção ainda se mantém como um instrumento educacional insubstituível. Não querendo na presente pesquisa abordar o tema sob a visão dos céticos tradicionalistas que ressaltam limitações de tecnologias (programas computacionais, bonecos sintéticos ou simuladores) no desenvolvimento de competências psicossociais próprias às biociências (DYER; THORNDIKE, 2000), o fato é que o conhecimento anatômico advindo da dissecação constitui o fundamento da comunicação e da prática médica, sendo base irrevogável da formação de cirurgiões e clínicos (TURNEY, 2007).

Desta forma, autores como Korf et al. (2008) reforçam o lugar de destaque da dissecção na ciência anatômica, ao formularem nove argumentos para justificá-la como o centro da educação anatômica, dentre eles o **didático-construtivo**, o **educacional psicológico** e o da **estereotipia**. Relativamente ao primeiro, é lógico admitir-se que a aquisição pacífica do conhecimento (ler, ouvir, observar) é muito menos eficiente que a aquisição ativa (agir, discutir, construir). Desta forma, a dissecção pode ser avaliada sob o aspecto da ação, com suas estratégias planejadas e discutidas, permitindo a (re)construção da Anatomia, pois ao se permitir com essa prática que o cadáver seja desmembrado, retornam-se as partes às suas posições originais, voltando assim a se relacionarem. O argumento educacional psicológico parte da premissa que a aquisição do conhecimento é mais eficiente quando se envolve o maior número de sentidos possíveis, ou seja, deve-se influenciar o quanto mais possível as impressões sensoriais no processo educativo. Essa abordagem é plenamente garantida no processo de dissecção, quando os estudantes ativam seus sentidos e literalmente compreendem. O argumento da estereotipia fundamenta-se na definição de Nietzsche (1880), onde o homem é um “dividuum” e, portanto, divisível (uma opinião correta sob o ponto de vista anatômico), mas que todo ser humano é também um “in-dividuum”, isto é, divisível, mas ao mesmo tempo único. Essa individualidade existe e tem importância, por exemplo, quando não se consegue sentir o pulso da artéria radial no local onde geralmente está situada, pois uma vez que a mesma pode ter assumido uma trajetória diferente, não significa necessariamente que o paciente esteja morto. Detectar essa variação durante a dissecção é uma experiência informativa enriquecedora para aqueles que a identificaram e tentam explicá-la.

Admitindo-se com essas argumentações o papel inconteste da dissecção, existe ainda um debate ético que permeia essa prática com o tratamento apropriado do cadáver, que

representa não somente um modelo científico de Anatomia, mas um indivíduo que viveu e mereceu dignidade e respeito (ZHANG et al., 2008), e que estabelece um dilema na medicina entre as possibilidades da tecnologia e do tradicional com a integridade e dignidade das pessoas (DÖRING, 2002[1] Apud ZHANG et al., 2008, p. 57).

Como citado em Talamoni (2012):

> os cadáveres dos laboratórios de Anatomia ilustram a percepção do corpo "resíduo", que pode ser manipulado e dissecado; corpo de uma pessoa sem vida, que já estava socialmente morta ou excluída, motivo pelo qual seu cadáver foi condenado a ser insignificante, ou na melhor das hipóteses, contribuir para estudos práticos. O cadáver anônimo, não reclamado encontra-se sob os desígnios do Estado que, através de Lei específica visa disciplinar a destinação de cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, para fins de ensino e pesquisa.

As observações de Zhang et al. (2008) e Talamoni (2012) remetem à reflexão necessária sobre a utilização de corpos não reclamados nos tempos atuais. Citados em Jones e Whitaker (2012), estudos recentes de historiadores médicos têm suscitado rigorosa introspecção acerca das desconfortáveis circunstâncias sociais, políticas e educativas nas quais a Anatomia da atualidade se desenvolveu, ao confrontarem o anatomista moderno com uma sequência alarmante de problemas que hoje os afligem, e que se encontram longe das melhores práticas, mesmo que tenham sido razoáveis para os padrões dos séculos XIX e XX (RICHARDSON, 2000[2] Apud. TALAMONI, 2012, p.137; McDONALD, 2007, 2009). Segundo Barros (2010) ocorre que, quanto mais evolui uma sociedade, mais se utilizam os direitos de personalidade; ao mesmo tempo em que se descobrem mais e outras formas de realização da existência humana, ampliam-se igualmente as possibilidades de ofensa à dignidade dessa existência.

O que surge, com toda a clareza, é uma relutância em se aceitar o mínimo apelo para o significado ético do consentimento; mais do que "violar túmulos", isso envolve uma série de medidas graves ainda em voga, com o intuito de "desviar corpos do túmulo para as salas de dissecção" (McDONALD, 2009). Inicia-se um novo século, e ainda se depara com reportagens deprimentes como "Cadáveres tirados do IML de Curitiba eram recortados no laboratório de uma faculdade e vendidos para universidades do Sul e Sudeste do País" (Isto É, 05/07/2000); "Lista liga 12 faculdades a venda de corpos" (Folha de S. Paulo, 30/04/2001); "Polícia investiga

[1] DÖRING, O. **Ethics in medical education in China:** distinguishing education of ethics in medicine from moral preaching . Hamburg, Germany, 2002. p.131.
[2] RICHARDSON, R. **Death, dissection and the destitute**. 2. ed. Chicago: Chicago University press, 2000.

venda de cadáver a uma faculdade de SP por R$ 5 mil" (Folha Online, 05/12/2001); "A Máfia dos Corpos negocia cadáveres com atestado de óbito" (Consultor jurídico, 28/02/2006); "Segue investigação sobre venda de cadáver no IML" (Paraná Online, 18/04/2008); "Justiça condena dois por 'Máfia do Cadáver' em Rio Preto" (Multimidia 02/06/2011).

Talvez algumas dessas ocorrências possam não surpreender, uma vez que o contexto na qual se inserem é o de que o destino viável após a morte seja o da dissecção, argumentando-se para isso que "sem corpos não há dissecção; sem dissecção, não existe treinamento médico".

O significado histórico da dependência de corpos não reclamados para o estudo da Anatomia é tido um mal implícito na emergência da Anatomia moderna, uma vez que, independentemente de qualquer contexto legal, esses cadáveres têm em comum o fato de serem "considerados como tendo pouco valor durante a vida". Segundo Jones e Whitaker (2012), a aceitação acrítica da legitimidade do uso de corpos não reclamados só é possível quando se ignora as desigualdades culturais das diferentes sociedades e, infelizmente, em grande parte vivendo sob uma atmosfera heurística em que as suas aspirações científicas suplantam uma série de fatores sociais, econômicos e morais, os anatomistas, parecem satisfazer-se em refletir os costumes sociais das camadas privilegiadas que ocupam dentro da sociedade, não conseguindo enxergar além do próprio interesse imediato ou daqueles inerentes à sua profissão.

Portanto, mesmo que a lógica por trás do uso de corpos não reclamados seja a de que, ao invés de enterrá-los utilizando-se de recursos do Estado, os mesmos sejam encaminhados para escolas médicas beneficiando tanto a instituição de ensino como o próprio Estado, é chegado o momento de se colocar um ponto final nessa questão também pelo aspecto ético, uma vez que sob o prisma da baixíssima disponibilidade dos mesmos no seio da Universidade, isso já é assunto encerrado.

6.1 A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS

Baseados no caráter altruísta da doação, as Universidades encontraram na sociedade em geral a fonte principal de suprimento de cadáveres para utilização em seus cursos de Anatomia. Esses corpos, obtidos a partir de programas com normas que foram se aperfeiçoando ao longo do tempo, dado o número reduzido de doações no início, eram insuficientes para substituírem a utilização dos corpos não reclamados em dissecções (BAUMEL, 1968; HAMEL, 1975; BULLEN; CRASE, 1998; CHUNG; LEHMANN, 2002; BOULWARE et al., 2004).

Todavia, como descrito por Wiecking (1974) há quase 40 anos, ao se institucionalizar na Universidade da Virgínia o "Uniform Anatomical Gift Act", e utilizar a capacidade que os meios de comunicação têm de influenciar de maneira favorável a população para a causa da doação voluntária, ocorreu um aumento significativo de corpos disponíveis para a dissecção naquela Instituição de Ensino.

A divulgação em canais de ampla circulação do programa de doação é sem dúvida a premissa básica para o seu sucesso, uma vez que o programa instituído por Taylor e Wilson (2007) na "Queen's University of Belfast" na Irlanda do Norte, no início com número reduzido de doações, passou a receber número expressivo de corpos após adotar esse procedimento. O mesmo foi observado por De Caro, Macchi e Porzionato (2009) que, após institucionalizarem a "Comissão sobre Doação para a Educação Médica", o departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Pádua, recebeu diversas declarações de pessoas desejando doar o corpo para estudo, fruto da divulgação em mídia de massas, bem como em reuniões e congressos científicos.

Esses dados também corroboram com os divulgados por Sato (2007) de que, no Japão após a criação da "Lei de Doação de Corpos" em 1983, passou a ocorrer o suprimento adequado de cadáveres para o ensino; por Cornwall e Stringer (2009) em Otago, onde o programa oficial de doação estabelecido em 1943 vem permitindo o recebimento de mais de 40 cadáveres por ano, e por Rocha et al. (2012), que implantou em 2008 o programa de doação voluntária da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e, desde então, viu o número de doações se elevar de 26 para 147 corpos.

Pelo exposto, a principal tarefa a ser cumprida após a implantação do ***pdvcea*** do DA-ICB/USP é a de envidar todos os esforços para que o mesmo possa ser amplamente divulgado o mais rapidamente possível, pois, como já exposto anteriormente, em nosso meio não se deve mais aceitar paliativos como o encontrado por Universidades de Sérvia onde, segundo Stimec, Draskic e Fasel (2010), a utilização de corpos não reclamados é mantida como uma "solução provisória", até que se atinja um nível satisfatório de conscientização pública sobre os programas de doação, uma vez que aquele País fornece pouca informação aos indivíduos, além de não possuir uma legislação adequada.

Avaliando os dados colhidos nos questionários utilizados na presente pesquisa, alguns itens puderam ser confrontados de forma direta e objetiva, uma vez que foram comuns com os elaborados por outras instituições.

Assim, segundo Winkelmann e Güldner (2004), o aspecto **religião** foi motivo de entrave para o progresso do programa de doação na Tailândia, um País de religião budista, onde se espera pela aprovação da doação oficializada pelo Rei, a autoridade máxima. Da mesma forma, Zhang et al. (2008) descrevem que na China, para superar as dificuldades impostas pelos motivos religiosos, foi necessária a criação de um "Centro Educacional para Ética Médica", com caráter informativo e instrucional para a captação de possíveis doadores entre a população.

A religião não se constituiu fator de impedimento na participação no programa de doação voluntária aqui apresentado, uma vez que a baixa porcentagem de Anatomistas (5,7%) e de Primeiranistas (5,9%) não configura motivo para a não doação.

Uma comparação direta pode ser estabelecida também no item referente a **não aceitação em doar por parte dos familiares**, aqui verificada em 22,4% dos Anatomistas, em 23,8% dos Primeiranistas. Esses dados encontram-se muito próximos ao descrito por Sehirli, Saka e Saikaya (2004), que na pesquisa realizada pela Universidade de Marmara (Turquia), obtiveram uma porcentagem de 26,5% para esse item. Deve-se aqui acrescentar que, enquanto naquele País os familiares alegavam motivos psicológicos como fator principal da para a não doação (43,4%), na presente pesquisa influenciaram os fatores culturais da necessidade de se enterrar ou cremar o corpo do familiar (21,9% dos Anatomistas, e 33,5% dos Primeiranistas).

Passível ainda de confronto objetivo, é o item relacionado ao **desejo de ser útil após a morte**, o principal motivo verificado por Bolt et al. (2010) (na pesquisa realizada pelo

programa de doação da Universidade de Groningen-Holanda), e de somente 22,9% dos Anatomistas e 23,5% dos Primeiranistas desta pesquisa. Essa diferença é plenamente justificada, uma vez que os indivíduos pesquisados por aqueles autores, apresentavam média de idade superior a 60 anos, portanto, com opinião bem sedimentada sobre a temática da doação voluntária.

Ao questionamento realizado aos **alunos do primeiro ano** da Universidade de Dublin (Irlanda do Norte) sobre a doação de corpos, Perry e Ettarh (2009), verificaram que 83,8% aceitam melhor a doação de corpos de desconhecidos, e apenas 43,2% os corpos de familiares. Na mesma Universidade, Cahill e Ettarh (2008) verificaram que 31,5% dos com esse mesmo perfil responderam favoravelmente ao ato da doação, sendo que, após 9 semanas de contato com o cadáver na prática de dissecção, esse número diminuiu drasticamente para 19,6%, sugerindo que a atitude altruísta da doação pode ter sido fortemente desencorajada por esse procedimento.

Na presente pesquisa, o fato dos Primeiranistas não terem contato com o cadáver ou a dissecção, e nem tampouco com informações detalhadas sobre o tema da doação, pode ter influenciado de maneira significativa os alunos a não terem opinião formada (46,7%), e ter contribuído para que a porcentagem de não doadores se apresentasse relativamente elevada.

Avaliando os dados colhidos nos questionários utilizados neste trabalho que não puderam ser confrontados objetivamente, e tentando estabelecer, sempre que possível, uma comparação com aqueles obtidos em programas de doação existentes em outros países verifica-se que, mesmo com enunciados diferentes, os termos **ajuda**, no sentido de auxiliar, amparar, socorrer, e **gratidão** sob a forma de agradecimento, reconhecimento, são fatores passíveis de análise dos dados aqui expressos, com os de outras Instituições de ensino.

Desta forma, relativamente ao quesito motivação para a doação, Fennel e Jones (1992) da Otago Medical School (USA) verificaram que entre os doadores voluntários, o mais comum é o fato de **ajudar a ciência**, e a **gratidão médica**; na mesma escola, porém com uma abordagem diferente, McClea e Stringer (2010) concluíram que o principal motivo é o de **auxílio ao ensino e à pesquisa.** Comparando-se com os dados aqui expostos sobre os motivos pelos quais os entrevistados doariam, que foram o de **ajudar na qualificação do profissional** (47,2% dos Anatomistas e 28,1% dos Primeiranistas), o **agradecimento à ciência** (13,0% dos Anatomistas e 11% dos Primeiranistas), e a **contribuição para o avanço da educação na área da saúde** (47,2% dos Anatomistas e 55,9% dos Primeiranistas), em linhas gerais pode-se admitir

que as causa determinante para a doação é, sem dúvida, a de contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento e aprimoramento constante da ciência.

6.2 O *PDVCEA* DO DA-ICB/USP

Apesar de apenas 163 dos 1000 médicos contatados (16,3% da amostra) terem respondido à pesquisa a eles endereçada, todos afirmaram a importância da prática da dissecção para a sua formação. Da mesma maneira, 846 representantes da população geral (96,1%) manifestaram a sua confiança nos profissionais que se habilitam através de cadáveres humanos para o exercício da profissão (96,1%), aspectos estes que reforçam a importância da criação do *pdvcea* do DA-ICB/USP. Serão aqui elencados alguns tópicos relevantes pertinentes à elaboração do programa, que ao serem detectados nas diferentes fases, são passíveis de serem analisados sob os mais diferentes aspectos, quer sejam funcionais, administrativos ou legais.

A primeira observação refere-se à importância de manifestação e oficialização em vida do desejo da doação, o que viabiliza, agiliza e desburocratiza o processo no momento do óbito. Todavia, a oficialização da opção de doação, pode ser realizada por terceiros (parentes de primeiro grau), salientando-se que esse procedimento pode ser conflituoso no momento da perda.

O tema “doação voluntária de corpos” deve ser de conhecimento, principalmente, dos funcionários do Serviço Funerário (no caso, do Município de São Paulo) uma vez que estes quando interrogados, pouca informação ousaram em divulgar, por não conhecê-las. Uma das críticas que se deve salientar é sobre o período empregado durante o questionamento via telefone a esses indivíduos, pois provavelmente, se o mesmo fosse estendido, ou repetido de tempos em tempos, poderia se detectar possíveis alterações no grau de informação frente ao tema exposto. Desta forma, como até o presente, existe um único funcionário desse Serviço apto a entender, orientar e viabilizar o processo, e por ser o serviço Funerário um órgão municipalizado, para alterações em seus métodos se faz necessário um provimento normativo a ser elaborado pelo Corregedor Geral do Estado de São Paulo.

O processo de doação seguirá o fluxograma estabelecido (Apêndice J), porém, deve-se evidenciar que a lavratura do assentamento de óbito encontra-se atualmente na dependência dos seguintes aspectos: 1-Tempo que os familiares demorarão para dar entrada no cartório mais próximo da ocorrência do óbito; 2- Entendimento do tabelião, o responsável pela elaboração da certidão de óbito, que pode ser imediata, ou depender do tempo despendido para a elaboração de processo a ser enviado ao Exmo. Juiz da 2ª vara de registros públicos; 3- Apreciação pelo Exmo. Juiz, que ao deferir o processo, solicita um período mínimo de 15 dias para aguardar possíveis contestações, quando houver; 4- Lavratura do assento de óbito, entrega aos familiares; 5- Posse da Certidão de Óbito pelo DA-ICB/USP, que deverá arcar com os custos da obtenção e retirada da 2ª. Via original da Certidão de Óbito.

Os dois casos relatados a seguir, exemplificam as dificuldades decorrentes do processo em sua forma atual. O primeiro em 2008 e o segundo em 2012, houve demora para a posse da Certidão de Óbito. No primeiro caso, a espera foi de três meses, o cartório elaborou o processo, encaminhou para o Exmo. Sr. Juiz da 2ª vara de Registros públicos, porém no período houve greve dos serviço judiciário, justificando o longo tempo. Os familiares não foram prejudicados, pois não havia questões financeiras a serem resolvidas (INSS, seguro de vida).

No caso de 2012, o cartório, em primeiro momento afirmou aos familiares que faria a lavratura do assento de óbito, para os mesmos retirarem-no em 5 dias, no entanto. Após esta espera, surpreenderam-se com a alteração do procedimento: seria necessário que a universidade solicitasse a certidão (casos de corpos não reclamados), ou seja, o assunto realmente não é do conhecimento dos tabeliões. Neste momento, a autora, entrou em contato com o cartório, explicou que se tratava de doação e não de indigentes, e que neste caso, não é a universidade quem deverá atuar, mas sim os familiares, explicou que deveriam elaborar um processo e encaminhar ao Exmo. Sr. Juiz. O processo demorou um mês e meio para que os familiares obtivessem a certidão de óbito, e então pudessem informar ao INSS e às seguradoras para recebimento dos valores. Esta temporada, trouxe transtornos aos familiares, os quais precisavam do dinheiro do falecido para honrar com os compromissos financeiros assumidos.

A doação de corpo deve ser uma opção para as pessoas altruístas, mas não deverá trazer transtornos, problemas aos familiares que, estão em momento de dor e perda do ente querido. Diante do exposto, detectou-se como pontos cruciais, a orientação aos funcionários

do Serviço Funerário, e a agilidade na lavratura do Assento de Óbito, o que se tenta resolver através da solicitação (Apêndice L) ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Sr. José Renato Nalini. Até o presente, promoveu-se um encontro com o Exmo. Sr. Juiz da 2ª vara de Registros Públicos, Márcio Bonilha, o qual orientou que para haver as mudanças pretendidas, haveria a necessidade e se criar um um Provimento estabelecido pela Corregedoria, à qual estava subordinado. Isto posto, foi realizada em 02 de outubro de 2012 uma reunião com os Exmos Srs. Juízes assessores: Marcelo Benacchio e Alberto Gentil de Almeida Pedroso para a apresentação do problema, que posteriormente foi oficializado como pedido, elaborado e entregue àquela Corregedoria, pelo representante da Procuradoria Geral da USP, o Dr. Carlos Eduardo Trevisan. No momento, o processo aguarda deferimento.

Relativamente à aquisição de um jazigo, entende-se que esta deva ser a contrapartida da Instituição, tendo em vista o caráter altruísta dos doadores. Esse deverá ser um local para reverências aos doadores, quer sejam elas prestadas por familiares amigos ou pela própria Instituição, como forma de gratidão e reconhecimento a este nobre papel.

Finalizando, mesmo depois de passado muito tempo da implantação da Escola Boveriana da Anatomia, que os esforços engendrados na presente pesquisa a fim de que se torne possível a obtenção de um número cada vez maior de cadáveres doados, sirvam para mantê-la viva no seio da Universidade de São Paulo pois, como afirmou Talamoni (2012):

> ao contemplar a linearidade através da qual vem se praticando o ensino da Anatomia, não se pretende sugerir que a metodologia de ensino boveriano tenha sido superada; ela continua a fundamentar-se na dissecção e no reconhecimento de peças anatômicas que, a despeito das novas tecnologias, continuam a ser um recurso didático fundamental no ensino da Anatomia.

CONCLUSÕES

7 CONCLUSÕES

Considerando-se na presente pesquisa as propostas estabelecidas, e face às metodologias empregadas e aos resultados obtidos, é lícito concluir-se que:

1) A possibilidade da doação voluntária de corpos para estudo anatômico, após o óbito, é de conhecimento da maioria da população pesquisada (Anatomistas e Primeiranistas), o que não configura, necessariamente a decisão em doar;

2) A dissecção em cadáveres humanos representa importância tanto para os médicos, que por este material se especializam, bem como à população geral, que nesses profissionais confiam a sua saúde;

3) O deferimento do Provimento Normativo pela Corregedoria do Estado de São Paulo determinará a brevidade na emissão da certidão de óbito, não oferecendo, assim, prejuízo aos familiares dos doadores;

4) O fluxograma do ***pdvcea*** no DA-ICB/USP fornecerá os subsídios para que docentes e funcionários do DA-ICB/USP transmitam as informações corretas aos potenciais doadores;

5) Da mesma forma, o fluxograma do ***pdvcea*** no DA-ICB/USP, possibilitará o embasamento necessário para que diferentes instituições do Estado de São Paulo desenvolvam os seus respectivos programas;

6) A captação de corpos de doadores para o ***pdvcea*** do DA-ICB/USP, é dependente da sua divulgação pelos canais de mídia de massa;

7) Os trâmites legais para a aquisição de jazigo próprio pelo DA-ICB/USP que servirá de local à prática de reverências por familiares e amigos em memória dos doadores, já se encontram em fase de deliberação pela Assistência Jurídica da Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, L. H. L. Notas históricas sobre a captação de corpos para estudo científico e a controvérsia contemporânea entre céticos tradicionalistas e reformistas acerca do uso de cadáveres no ensino da Anatomia Humana. **O Anatomista**, v. 2, p. 73-97, 2012.

AZIZ, M. .; McKENZIE, J. C.; WILSON, J. S.; COWIE, R. J.; AYENI, S. .; DUNN, B. K. The human cadaver in the age of biomedical informatics. **Anatomical Record**, v. 269, p. 20-32, 2002.

BARROS, A. D. B. Doação de cadáveres para fins de estudo e pesquisa: Perspectivas Futuras. **O Anatomista**, v. 2, p. 6-12, 2010.

BAUMEL, J. J. Donation of bodies for medical education. **The Nebraska State Medical Journal**, v. 53, n. 3, p. 90-92, 1968.

BOLT, S.; VENBRUX, E.; EISINGA, R.; KUKS, J. B. M.; VEENING, J. G.; GERRITS, P. O. Motivation for body donation to science: More than an altruistic act. **Annals of Anatomy**, v. 192, p. 170-174, 2010.

BOULWARE, L. E.; RATNER, L. E.; COOPER, L. A.; LAVEIST, T. A.; POWE, N. R. Whole body donation for medical science: a population-based study. **Clinical Anatomy**, v. 17, n. 7, p. 570-577, 2004.

BULLEN, D.; CRASE, D. The ultimate gift: body donation. **Omega (Westport)**, v. 37, n. 1, p. 75-83, 1998.

CAHILL, K. C.; ETTARH, R. R. Student Attitudes to Whole Body Donation are Influenced by Dissection. **Anatomical Sciences Education**, v. 1, p. 212-216, 2008.

CARVALHO, I. S.; COSTA JÚNIOR, P. B.; ARAÚJO, R. M.; ARAÚJO, R. D. T. Alternativa para o estudo da anatomia humana no ensino superior. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 64., 2010. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1745.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CHAGAS, J. **Cadáver desconhecido – importância histórica e acadêmica para o estudo da anatomia humana**. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado em Morfologia) - Departamento Ciências Morfológicas, Universidade Federal de São Paulo, 2001.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHIARELLO, M. Sobre o nascimento da ciência moderna: estudo iconográfico das lições de anatomia de Mondino a Vesalius. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 2, p. 291- 371, 2011.

CHUNG, C. S.; LEHMANN, L. S. Informed consent and the process of cadaver donation. **Archives of Pathology& Laboratoty Medicine**, v. 126, n. 8, p. 964-968, 2002.

CORNWALL, J.; STRINGER, M. D. The wider importance of cadavers: Education and research diversity from a body bequest program. **Anatomical Sciences Education**, v. 2, p. 234-237, 2009.

DE CARO, R.; MACCHI, V.; PORZIONATO, A. Promotion of Body Donation and Use of Cadavers in Anatomical Education at the University of Padova. **Anatomical Sciences Education**, v. 2, p. 91-92, 2009.

DLUZEN, D. E.; BRAMMER, J. C.; BERNARD, J. C.; KEYSER, M. L. Survey of cadaveric donors to a body donation program: 1978-1993. **Clinical Anatomy**, v. 9, p. 183-192, 1996.

DYER, G. S.; THORNDIKE, M. E. Quidne mortui vivos docent? The envolving purpose of human dissection in medical education. **Academic Medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges**, v. 75, n. 10, p. 969-979, 2000.

FENNELL, S.; JONES, D. G. The bequest of human bodies for dissection: a case study in the Otago Medical School. **The New Zealand Medical Journal**, v. 105, n. 946, p. 472-474, 1992.

FOUCAULT, M. **Naissance de la clinique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. p. 125-127

GROSCURTH, P.; EGGLI, P.; KAPFHAMMER, J.; RAGER, G.; HORNUNG, J. P.; FASEL, J. D. Gross Anatomy in the Surgical Curriculum in Switzerland: Improved Cadaver Preservation, Anatomical Models, and Course Development. **The Anatomical Record (New Anat)**, v. 265, p. 254-256, 2001.

GUERRINI, A. Anatomists and entrepreneurs in early eighteenth-century London. **Journal of History of Medicine and Allied Sciences**, v. 59, n. 2, p. 219-239, 2004.

GUNDERMAN, R. B. Giving Ourselves: The ethics of anatomical donation. **Anatomical Sciences Education**, v. 1, p. 217-219, 2008.

HAMEL JR., E. G. Editorial: the gift of life. Anatomical donations and the teaching of anatomy. **The Alabama Journal of Medical Sciences**, v. 12, n. 2, p. 188-189, 1975.

JONES, D. G.; WHITAKER, M. I. Anatomy´s use of unclaimed bodies: Reasons against continued dependence on an ethically dubious practice. **Clinical Anatomy**, v. 25, p. 246-254, 2012.

KLESTINEC, C. Civility, comportament, and anatomy theatre: girolamo fabrici and his medical students in renaissance padua. **Renaissance Quaterly**, v. 60, p. 434-463, 2007.

KORF, H. M.; WICHT, H.; SNIPES, R. L.; TIMMERMANS, J. P.; PAULSEN, F.; RUNE, G.; BAUMGART-VOGT, E. The dissection course- necessary and indispensable for teaching anatomy to medical students. **Annals of Anatomy**, v. 190, p. 16-22, 2008.

LAGWINSKI, M.; BERNARD, J. C.; KEYSER, M. L. DLUZEN, D. E. Survey of cadaveric donor application files: 1978-1993. **Clinical Anatomy**, v. 11, p. 253-262, 1998.

LIBERTI, E. A. A "Escola Anatômica de Alfonso Bovero": de onde veio, para onde vai? **O Anatomista**, v. 1, n. 1, p. 4-9, 2010.

LOCCHI, R. Departamento de anatomia (Descritiva e Topográfica) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Anais Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**, v. 18, n. 1, p. 7-26, 1942.

MAGEE, R. Art macabre: Resurrectionists and anatomists. **Australian and New Zealand journal of surgery**, v. 71, n. 6, p. 377–380, 2001.

McDONALD, H. A scandalous act: Regulating anatomy in a British Settler Colony, Tasmania, 1869. **Social History of Medicine**, v. 20, n. 1, p. 39-56, 2007.

McDONALD, H. The anatomy inspectorate and the government corpse. **History Australia**, v. 6, n. 2, p.1-17, 2009.

McLACHLAN, J. C.; BLIGH, J.; BRADLEY, P.; SEARLE, J. Teaching anatomy without cadavers. **Medical Education**, v. 38, n. 4, p. 418-424, 2004.

MCCLEA, K.; STRINGER, M. D. The profile of body donors at the Otago School of Medical Sciences- has it changed? **The New Zealand Medical Journal**, v. 123, n. 1312, p. 9-17, 2010.

MELO, J. M. S. **A medicina e sua história**. Rio de Janeiro: Editora de Publicações Científicas Ltda, 1989.

O'CARROL, R. E.; WHITEN, S.; JACKSON, D.; SINCLAIR, D. W. Assessing the emotional impact of cadaver dissection on medical students. **Medical Education**, v. 36, n. 6, p. 550-554, 2002.

PASQUALUCCI, C. A. Eles querem seu corpo. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI57151-15257,00.html>. Acesso em: 27 set. 2012.

PERRY, G. F.; ETTARH, R. R. Age Modulates Attitudes to Whole Body Donation Among medical Students. **Anatomical Sciences Education**, v. 2, p. 167-172, 2009.

PIRES, M. L. G. **Sermões da auto-da-fé:** evolução dos códigos parenéticos. Lisboa: Editora Universitária, 1989.

PRAKASH, P. L. V.; RAI, R.; D'COSTA, S.; JIJI, P. J.; SINGH, G. Cadavers as teachers in medical education: knowledge is the ultimate gift of body donors. **Singapore Medical Journal,** v. 48, n. 3, p. 186-189, 2007.

QUEIROZ, C. A. F. **O uso de cadáveres humanos como instrumento na construção de conhecimento a partir de uma visão bioética**. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) – Universidade Católica de Goiás, Góias, 2005.

REVISTAMEDICA. Disponível em: <www. Revistamedica. 8m. com/ histomedCC>. Acesso em: 20 dez. 2012.

RIZOLLO, L.; STEWART, W. B. Should we continue teaching anatomy by dissection when? **Anatomical Record**, v. 289B, p. 215-218, 2006.

ROCHA, A. O.; TORMES, D. A.; LEHMANN, N.; SCHWAB, R. T. C. The body donation program at the federal university of health sciences of porto alegre: a successful experience in brazil. **Anatomical Sciences Education**, v. 5, n. 6, p. 1-6, 2012.

SANTOS FILHO, L. C. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SATO, T. Process of development of body donation law in Japan. **Kaibogaku Zasshi**, v. 82, n. 2, p. 63-71, 2007.

SCHUMACHER, G. H. Theatrum anatomicum history and today. **Internacional Journal Morphological**, v. 25, n. 1, p. 15-32, 2007.

SCIENCEMUSEUM. Disponível em <http://www.sciencemuseum.org.uk> . Acesso em: 20 dez. 2012.

SEHIRLI, U. S.; SAKA, E. SAIKAYA, O. Attitudes of Turkish anatomists toward cadaver donation. **Clinical Anatomy**, v. 17, n. 8, p. 677-681, 2004.

SINGER, C. **Uma breve história da anatomia e fisiologia desde os gregos até Harvey.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996. 234 p.

STIMEC, V. B.; DRASKIC, M.; FASEL, J. H. D. Cadaver procurement for anatomy teaching: legislative challenges in a transition-related environment. **Medicine, Science and the Law**, v. 50, p. 45-49, 2010.

TALAMONI, A. C. B. **O Laboratório de Anatomia sob a perspectiva da 'descrição densa'. Interfaces da cultura científica e o Ensino de Ciências**. 2012. 377 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências, falta local, 2012.

TAVANO, P. T. **Onde a Morte se compraz em auxiliar a Vida: A trajetória da disciplina de Anatomia Humana no currículo médico da primeira Faculdade oficial de Medicina de São Paulo- o período de Renato Locchi (1937-1955)**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TAYLOR, S. J.; WILSON, D. J. The Human Tissue Act (2004), anatomical examination and the importance of body donation in Northern Ireland. **The Ulster Medical Journal**, v. 76, n. 3, p. 124-126, 2007.

TEMKIN, B.; ACOSTA, E.; HATFIELD, P.; ONAL, E.; TONG, A. Web-based three-dimensional virtual body structures: W3D-VBS. **Journal American Medicine Informatic Association**, v. 9, n. 5, p. 425-436, 2002.

TURNEY, B. W. Anatomy in a modern medical curriculum. **Annals of the Royal College of Surgeons of England**, v. 89, n. 2, p. 104-107, 2007.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/vidaaposvida/>. Acesso em: 10 nov. 2010.

WATKINS, B. P.; HAUSHALTER, R. E.; BOLENDER, D. L.; KAPLAN, S.; KOLESARI, G. L. Postmortem Blood Tests for HIV, HBV, and HCV in a Body Donation Program. **Clinical Anatomy**, v. 11, p. 250-252, 1998.

WIECKING, D. K. Donation of the body for scientific study. **Virginia Medical Monthly**, v. 101, n. 5, p.393-394, 1974.

WIJBENGA, B. S.; KONING, R. H.; KOOISTRA-AKSE, B. J.; KUKS, J. B. M.; VAN ZANTEM-TIMMER, G.; VEENING, J. G.; GERRITS, P. O. 'Last-minute' donations influence acruarial prediction in an anatomical body donation program. **Annals of Anatomy**, v. 192, p. 2-6, 2010.

WINKELMANN, A. Anatomical dissection as a teaching method in medical school: a review of the evidence. **Medical Education**, v. 41, p. 15-22, 2007.

WINKELMANN, A.; GÜLDNER, F. H. Cadaver as teachers: the dissecting room experience in Thailand. **British Medical Journal**, v. 329, n. 7489, p 1455-1457, 2004.

ZAR, J. H. **Biostatistical analysis**. 2. ed. New Jersey, Prentice-Hall, 1984. p. 191-195.

ZHANG, L.; WANG, Y.; XIAO, M.; HAN, Q.; DING, J. An ethical solution to the challenges in teaching anatomy with dissection in the chinese culture. **Anatomical Sciences Education**, v. 1, p. 56-59, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO: "Conhecimento e opinião sobre Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico"

1) Sexo: ( ) 1 Feminino ( ) 2 Masculino

2) Qual o seu estado civil:

( ) 1 casado ( ) 2 solteiro ( ) 3 viúvo ( ) 4 divorciado ( ) 5 Desquitado/ separado judicialmente

3) Qual a sua idade? _____

4) Qual a sua religião? _____

5) Qual o seu maior grau de escolaridade:

( ) 1 Fundamental I (até a antiga quarta série)
( ) 2 Fundamental II (até a antiga oitava série)
( ) 3 Ensino Médio (até o antigo colegial)
( ) 4 Superior
( ) 5 Pós Graduação

6) Qual a sua profissão? _____
_____
_

7) Você já ouviu falar sobre doação de corpo para o estudo da Anatomia?

( ) 1 sim ( ) 0 não

8) Você doaria seu corpo para o estudo da Anatomia?
( ) 1 sim ( ) 0 não ( ) 9 não tenho opinião formada

9) Se você respondeu **sim ou não tenho opinião formada** na questão 8, responda:

Qual (is) a(s) motivação(ões) para **decidir em doar** seu corpo para o estudo da Anatomia?

( ) 1 para contribuir para o avanço da educação na área da saúde
( ) 2para ajudar o próximo a ser um profissional melhor qualificado
( ) 3 conheço a necessidade deste material nos laboratórios de Anatomia
( ) 4 sou contra enterro/cremação ou outros
( ) 5 serei útil mesmo após o meu falecimento
( ) 6 sou sozinho (a)/ não tenho parentes
( ) 7 em agradecimento à ciência
( ) 8 Outros:_____

10) Se você respondeu **não ou não tenho opinião** formada na questão 8, responda:

Qual (is) a(s) motivação(ões) para decidir em **não doar** seu corpo para o estudo da Anatomia?

( )1 familiares não aceitariam
( ) 2 despreparo da academia em receber o cadáver
( )3 vergonha em ser reconhecido
( ) 4 quero ser enterrado/cremado ou outros
( ) 5 motivos religiosos
( )6 desconhecimento das técnicas anatômicas de estudo
( ) 7 Outros:_____

11) **Você conhece quais os procedimentos e documentos necessários para a doação voluntária de corpo para o estudo anatômico?**

( ) 1 sim ( ) 0 não

12) **Você já realizou os procedimentos (documentos preenchidos, com testemunha, assinados em cartório e entregues à universidade), para que o seu corpo, após seu falecimento, seja conduzido aos estudos ?**

( ) 1 sim ( ) 0 não

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO: "Conhecimento e opinião sobre a importância da dissecção para a prática profissional"

1 - Idade: _____

2 - Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

3 – Especialidade médica:
_____

4- Você considera o conhecimento anatômico o alicerce para a sua atuação profissional?

( ) 1 sim ( ) 0 não ( ) 9 não tenho opinião formada

5- Você considera importante a dissecção em cadáveres e/ou peças cadavéricas para a aquisição do conhecimento Anatômico/Cirúrgico?

( ) 1 sim ( ) 0 não

6- A dissecção de cadáveres e/ou peças cadavéricas constou do currículo da disciplina de Anatomia Humana durante o seu curso de graduação?

( ) 1 sim. Qual foi o tempo estimado?_____horas
( ) 0 não

7- A prática da dissecção fez parte da sua Pós-graduação (Especialização, Residência, Mestrado, Doutorado...)?

( ) 1 sim. Qual foi o tempo estimado?_____horas
( ) 0 não

8- O número de cadáveres e/ou peças cadavéricas que você dissecou, foi suficiente para a sua formação profissional?

( )1 sim ( ) 0 não

9- A dissecção anatômica em cursos preparatórios foi fundamental para a sua formação enquanto cirurgião?

( ) 1 sim ( ) 0 não

10- Você treinou suas habilidades manuais de técnicas cirúrgicas (novas ou consagradas) previamente em cadáveres, antes de executá-las em seus pacientes?

( ) 1 sim. ( ) 0 não

11- Você faz uso de materiais sintéticos e de tecnologias de imagem para obter conhecimento anatômico e cirúrgico, bem como treinar suas habilidades manuais?

( ) 1 sim ( ) 0 não

12- Você faz uso de animais para obter conhecimento anatômico e cirúrgico, bem como treinar suas habilidades manuais?

( ) 1 sim ( ) 0 não

13- Você acredita que a prática em animais (como cães, porcos, etc.), retrata bem os aspectos relativos à Anatomia/|Cirurgia, podendo estes substituir os cadáveres humanos?

( ) 1 sim ( ) 0 não ( ) 9 não tenho opinião formada

14- Você acredita que o corpo humano ou partes dele reproduzidos em materiais sintéticos (bonecos, membros, vísceras, etc.) e tecnologias de imagem (ultrassom, ressonância magnética, tomografia computadorizada, etc.), retratam bem a Anatomia Humana, podendo substituir os cadáveres humanos?

( ) 1 sim ( ) 0 não ( ) 9 não tenho opinião formada

APÊNDICE C

Universidade de São Paulo
Instituto de Ciências Biomédicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: **DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO**

Prezado(a) Dr.(a):

Tem a presente, o objetivo de convidá-lo(a) a participar da pesquisa com o título supracitado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a referida pesquisa, e a sua especial colaboração neste estudo será de grande valia, a fim de que possamos iniciar um ofício de imprescindível utilidade pública em nosso meio.

Lembramos que, o preenchimento de todo o questionário (com 14 questões) e a sua inserção no envelope pré-pago destinado ao endereço já cadastrado, no mais breve tempo, sem se identificar, confirma a sua concordância de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo em questão.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas, e estou ciente de que:

I) A participação neste projeto não tem objetivo de me submeter a um tratamento, bem como não me acarretará qualquer despesa financeira.

II) Minha participação será efetiva nesta pesquisa e de imensurável valor, apenas se preencher todas as perguntas, sem deixá-las em branco e endereçá-las, no menor tempo possível.

III) Tenho a liberdade de não colaborar neste estudo, sem a necessidade de qualquer explicação;

IV) Os resultados obtidos serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;

V) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa, contatar os telefones: 3091 7226, ou email thelmar@usp.br.

VI) VI) Poderei contatar a Secretaria da Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – ICB/USP -, no Fone 3091.7733 (e-mail: *cep@icb.usp.br*) ou Thelma Renata Parada Simão (Doutoranda em Anatomia Lafaac/USP- thelmar@usp.br) e Prof. Dr. Edson Aparecido Liberti (professor titular e chefe do departamento de Anatomia/ICB/USP- ealibert@icb.usp.br) para recursos ou reclamações em relação ao presente estudo.

São Paulo, março de 2012.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Edson Ap. Liberti Simão
Prof Titular e Chefe do Departamento de Anatomia ICB/USP

Profa. Ms. Thelma R. Parada
Doutoranda do Departamento de Anatomia da FMVZ/USP

APÊNDICE D

Questionário: Opinião quanto à confiança da população frente à formação acadêmica do profissional médico cirurgião

1. Supondo que você ou um ente querido, necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que não estudou através de cadáveres, mas apenas em bonecos plásticos?

( ) sim
( ) não

2. Supondo que você ou um ente querido, necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que não estudou através de cadáveres, mas apenas em animais?

( ) sim
( ) não

3. Supondo que você ou um ente querido, necessite realizar uma cirurgia, você confiaria no médico cirurgião se o mesmo afirmasse que estudou através de cadáveres humanos?

( ) sim
( ) não

APÊNDICE E

Programa de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico

O Departamento de Ciências Morfofuncionais do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo é responsável por habilitar os futuros profissionais da área da saúde (Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Bioquímica, Terapia Ocupacional, Educação Física, Esporte, Ciências Fundamentais da Saúde, Psicologia, Fisioterapia e Fonoaudiologia) na disciplina de Anatomia Humana.
Prezamos pela excelência de ensino e entendemos que embora haja a ampliação da tecnologia relacionada às imagens para uso educacional, a utilização do cadáver para efeitos didáticos, não deve ser ignorada e é imprescindível, uma vez que cirurgias, diagnósticos e prognósticos realizados pelos diferentes profissionais das áreas relacionadas à saúde, devem ser corretamente executados e interpretados.

No entanto, o material humano para estudo, está cada vez mais raro de ser disponibilizado, o que compromete a qualidade do ensino oferecido. Por este motivo, a exemplo de como é realizado em outros países, promovemos a campanha voluntária de corpo para o Estudo Anatômico, para que através dos corpos doados possamos continuar formando profissionais com elevado grau de conhecimento da Anatomia Humana para sua atuação profissional em toda nossa sociedade.

O que é doar o corpo?

Significa que após o seu falecimento o seu corpo não será enterrado nem cremado, mas sim ficará no nosso laboratório de Anatomia, será estudado pelos nossos alunos de graduação e pós-graduação, com todo o respeito e gratidão que merece, com isso melhoraremos a qualidade do nosso ensino, e dos futuros profissionais.
Para não putrefar ou degenerar, são utilizadas substâncias químicas a base de glicerina, que conservam e mantém o corpo em condições ideais e seguras de manuseio.

Alguma lei ampara a doação de corpo?

Sim, de acordo com o Artigo 14 da Lei 010.406-2002 do Código Civil brasileiro: “é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição **gratuita** do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo”.

Para doar o corpo é necessário que:

Seja maior de 18 anos e tenha a intenção de fazê-lo. Se for menor de 18 anos precisará do consentimento dos responsáveis legais.

Existem gastos para o Doador e sua família?

Não existem gastos para o Doador nem para seus familiares. Apenas se a família decidir fazer o velório, antes da doação (o que não impede que após as homenagens o corpo seja doado), os custos desse deverão ser pagos para a agência funerária contratada.

Pode-se doar órgãos para transplante e meu corpo para Estudo Anatômico?

Sim. A doação de órgãos para transplante será realizada anteriormente, assim que constatado o óbito e será utilizado para salvar vidas. Os órgãos e estruturas não doadas para transplante serão encaminhados ao departamento de Anatomia, depois de ser realizado o velório e serão utilizadas para o conhecimento, a aprendizagem dos futuros profissionais.

Quanto tempo o corpo permanecerá no laboratório?

Esse prazo é variável. Temos corpos há mais de 50 anos que contribuem para o ensino. O material humano é raro e rico em detalhes que permitem o enriquecimento do conhecimento.

O que será feito com o corpo após o mesmo ser utilizado para estudos anatômicos?

Após ser completamente estudado e ter contribuído de forma magnífica ao desenvolvimento profissional dos alunos, este corpo ou parte dele será sepultado no jazigo do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

Os familiares terão acesso ao corpo?

Não. O acesso é permitido apenas aos alunos, professores e técnicos do laboratório do departamento de Anatomia.

Algum tipo de doença ou idade impedem de ser Doador?
Não há contra indicações para doações.

Receberei alguma recompensa por doar meu corpo?
Financeira não receberá, está estabelecido em lei.

Como garantir que meu corpo será doado?
Além de preencher os documentos e enviá-los ao departamento, é importante que você discuta e informe seus familiares sobre esta decisão, para que quando constatado o óbito, um dos familiares nos comunique e assim possamos proceder para receber o corpo. Caso os familiares não estejam de acordo com a decisão ou não nos informar, o desejo não será concretizado.

Como proceder para ser um Doador?
Primeiro tenha certeza da sua escolha, informe seus familiares sobre sua decisão e, preferencialmente, em vida, preencha os documentos abaixo, reconheça firma em cartório das assinaturas (Doador e testemunhas), e envie uma via original para: Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, Av: Prof Lineu Prestes, 2415, CEP: 05508-900 – Butantã, SP- SP

Baixe os documentos:
1) Termo de Declaração de Vontade e Testemunho de Doação Voluntária de Corpos para Estudo Anatômico (preencher 3 vias, reconhecer assinatura em cartório e nos enviar apenas uma via e arquivar as outras 2 vias)

2) Formulário de Registro do Doador Voluntário de Corpos Para Estudo Anatômico (preencher apenas uma via e nos enviar via correio, juntamente com o Termo de Declaração de Vontade e Testemunho de Doação Voluntária de Corpos)

Para demais esclarecimentos, favor contactar-nos pelo email: thelmar@usp.br, ou pelo telefone 3091 7226.

APÊNDICE F

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE E TESTEMUNHO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO

Eu,_____(nacionalidade) _____, (naturalidade)_____ (estado civil)_____, _____(profissão), casado (a) com_____ residente e domiciliado à _____, Bairro:_____ Cep:_____ cidade:_____ Estado:_____, portador da cédula de identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro para os devidos fins de direito, na forma que permite a Lei nº 010.406-2002 em seu artigo 14 do Código Civil brasileiro: "é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo", que pelo instrumento particular, devidamente assinado e firma reconhecida por mim e testemunhas; e nas minhas normais atividades físicas e mentais, faço por livre e espontânea vontade a doação de meu corpo ao Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, localizado a Avenida Professor Lineu Prestes, 2415, Butantã- São Paulo- SP; para que o mesmo venha auxiliar na formação profissional do corpo discente e servir aos justos e devidos objetivos estudos da Anatomia Humana.

São Paulo,_____ de _____ de 20___.

_____ _____ _____

Nome do Doador Assinatura do Doador (reconhecida em cartório)

Testemunha	Grau de Parentesco (pais, filhos, cônjuges, irmãos)	Nome legível	Assinatura (reconhecida em cartório)
Testemunha 1			
Testemunha 2			
Testemunha 3			

APÊNDICE G

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FORMULÁRIO DE REGISTRO DO DOADOR VOLUNTÁRIO DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO

Para uso da secretaria do departamento:

Nº: _____ Data: _____

Idade ao efetivar a doação: _____
Permite ser identificado: ( ) Sim ( ) Não

Nome completo:_____
Sexo: ( ) feminino ( ) masculino Estado Civil:_____
Cor: ( ) branca ( ) parda ( ) preta ( ) indígena ( ) amarela
Data de Nascimento:_____ Nacionalidade:_____ Naturalidade: _____
RG:_____
CPF_____
Profissão:_____
Religião:_____
Endereço:_____ CEP: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone res: (__) _____
Telefone com: (__)_____ Telefone rec: (__)_____ Telefone cel: (__)_____
E-mail: _____

1) Qual a sua situação atual:
( ) Ativo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Em benefício
( ) Outro. Qual?_____

2) Qual o seu maior grau de escolaridade:
( ) Fundamental I (até a antiga quarta série)
( ) Fundamental II (até a antiga oitava série)
( ) Ensino Médio (até o antigo colegial)
( ) Superior
( ) Pós Graduação (especialização/mestrado/doutorado)

3)Como Ficou sabendo do nosso programa de doação de corpos?

( ) Folder ( ) Site ( ) Cartaz ( ) Imprensa ( ) Médico ( ) Outro Doador
( ) Outro meio. Qual? _____

4)Qual(is) a(s) motivação(ões) para decidir em doar seu corpo para o estudo da Anatomia?
( ) para contribuir para o avanço da educação na área da saúde
( ) para ajudar o próximo a ser um profissional melhor qualificado
( ) conheço a necessidade deste material nos laboratórios de Anatomia
( ) sou contra enterro/cremação ou outros
( ) serei útil mesmo após o meu falecimento
( ) sou sozinho (a)/ não tenho parentes
( ) em agradecimento à ciência

( ) Outros:_____

5)Tem alguma doença? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, informe:

Qual doença?	Há quanto tempo?	Medicamentos utilizados?

6)Realizou alguma cirurgia (partos, plásticas, odontológicas, oncológica...)? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, informe:

Qual cirurgia?	Qual região do corpo?	Quando foi realizada (mês e ano)?

7) É fumante? ( ) Não ( ) Sim. Se sim, informe há quanto tempo:_____
8) Foi fumante? ( ) Não ( ) Sim. Se sim: Por quanto tempo fumou?_____, há quanto tempo parou de fumar? _____.
9) É etilista? ( ) diariamente ( ) socialmente ( ) nunca
10) Antecedentes familiares importantes:

Qual parente?	Qual a patologia?

11) Faz uso de medicamentos e/ou substâncias químicas frequentemente? (drogas, vitaminas, anabolizantes, analgésicos...)

Qual medicamento/substância?	Qual o objetivo?

<u>Parentes Próximos:</u>

1) Nome Completo:_____
Está informado sobre sua intenção de doação de corpo: ( ) Sim ( ) Não
Grau de Parentesco:_____
Endereço:_____
CEP:_____Cidade:_____ Estado_____
Telefone res: (__) _____ Telefone com: (__)_____Telefone cel: (__)_____
E-mail: _____

2) Nome Completo:_____
Está informado sobre sua intenção de doação de corpo: ( ) Sim ( ) Não
Grau de Parentesco:_____
Endereço:_____
CEP:_____Cidade:_____ Estado_____
Telefone res: (__) _____ Telefone com: (__)_____Telefone cel: (__)_____
E-mail: _____

3) Nome Completo:_____
Está informado sobre sua intenção de doação de corpo: ( ) Sim ( ) Não
Grau de Parentesco:_____
Endereço:_____
CEP:_____Cidade:_____ Estado_____
Telefone res: (__) _____ Telefone com: (__)_____Telefone cel: (__)_____
E-mail: _____

APÊNDICE H

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO

TERMO DE APTIDÃO

O Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas, situado a Av: Prof Lineu Prestes, 2415, IC III, cep: 05508-900- Butantã, está apto a receber, quando da ocorrência do óbito, o corpo de _____, RG:_____, CPF:_____ doado para estudos anatômicos para este Departamento, na forma que permite a Lei nº 010.406-2002 em seu artigo 14 do Código Civil brasileiro: "é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo".

APÊNDICE I

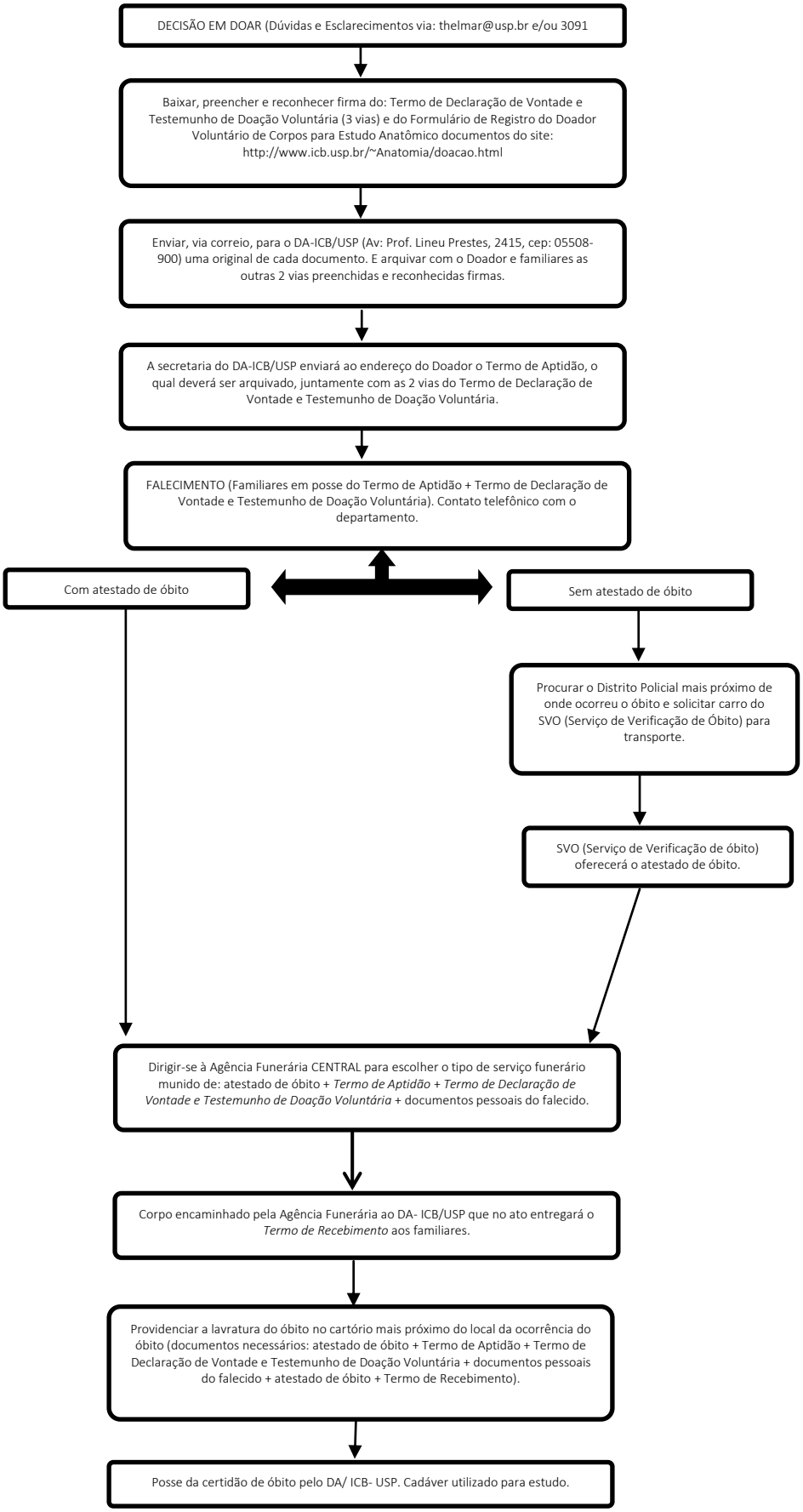
DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS PARA ESTUDO ANATÔMICO

TERMO DE RECEBIMENTO

O Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas, situado a Av: Prof Lineu Prestes, 2415, IC III, cep: 05508-900- Butantã, recebeu, o corpo de _____, RG:_____, CPF:_____ doado em vida, para estudos anatômicos para este Departamento, na forma que permite a Lei nº 010.406-2002 em seu artigo 14 do Código Civil brasileiro: "é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo".

APÊNDICE J



Fonte: (PARADA-SIMÃO, T. R., 2013).

APÊNDICE K

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS/MEMBROS POR TERCEIROS PARA ESTUDO ANATÔMICO

Eu,_____ (nacionalidade) _____, (naturalidade)_____ (estado civil)_____, _____(profissão), residente e domiciliado à _____, portador da cédula de identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro para os devidos fins de direito, na forma que permite a Lei nº 010.406-2002 em seu artigo 14 do Código Civil brasileiro: "é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo", que pelo instrumento particular e respeitando a vontade explicitada verbalmente, em vida, a doação de corpo/membro de _____ (nome da pessoa), _____ (grau de parentesco), RG_____, CPF_____ ao Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, localizado a Avenida Professor Lineu Prestes, 2415, Butantã- São Paulo- SP; para que o mesmo venha auxiliar na formação profissional do corpo discente e servir aos justos e devidos objetivos estudos da Anatomia Humana.

São Paulo,_____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura do responsável pela doação (reconhecida em cartório)

Testemunha	Grau de Parentesco (pais, filhos, cônjuges, irmãos)	Nome legível	Assinatura (reconhecida em cartório)
Testemunha 1			
Testemunha 2			
Testemunha 3			

APÊNDICE L

Edson Aparecido Liberti/ Thelma Renata Parada Simão Marsola

PROCEDIMENTOS DO DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO ICB/USP, PARA A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CORPOS DESTINADOS AO ESTUDO DA ANATOMIA HUMANA

São Paulo, 2012

1 APRESENTAÇÃO

As doações voluntárias de corpos para estudo, tem se apresentado como a solução para a escassez de material biológico para estudo em Anatomia Humana. Desde 1968, todos os estados norte-americanos criaram o direito do cidadão de doar o seu próprio corpo para a educação em ciência médica. A Lei norte-americana prevê que qualquer pessoa em idade legal e livre de doenças mentais, pode disponibilizar seu corpo ou qualquer órgão ou parte dele para ser usado com o propósito da ciência médica, ou para a reabilitação de doentes ou pessoas que estejam com seus órgãos fatigados.

De 1969 a 1973 as faculdades de Medicina no Estado da Virgínia receberam 129 corpos pelo projeto de doação voluntária (WIECKING, 1974); já em 2007 a Universidade de Massachussets exibia uma lista de 4.500 pessoas dispostas a doarem seus corpos para o ensino médico (PRAKASH et al, 2007). Em 2004, foi criada uma "Associação para a doação de corpos para técnicas morfológicas" no departamento de Anatomia Humana e Fisiologia da Universidade de Padova, e em poucos anos, foi possível àquela Universidade reencetar em seus cursos, os procedimentos de dissecção com os alunos (DE CARO, MACCHI, PORZIONATO, 2009).

No Brasil, o Código Civil Brasileiro prevê a doação de corpos para o ensino e pesquisa através do artigo 14 da lei 10.406/02, ou seja, quem deseja doar o seu corpo ou parte dele às instituições de pesquisa e estudos científicos, sem obter qualquer ganho pecuniário, deverá fazê-lo em vida, através de inequívoca e expressa declaração de vontade. Esta manifestação também pode ser feita por testamento, autorizando seus parentes próximos ou o cônjuge a realizar a doação. Após extensa busca entre as diversas Instituições de ensino superior no Brasil relacionadas à área da saúde, foram localizadas **apenas duas** Universidades que, através de um programa oficial de doação de corpos, tentam driblar e minimizar o problema da falta de cadáveres para a prática do ensino da Anatomia Humana: no Rio Grande do Sul, o Departamento de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFRS) e Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A UFRS desenvolveu, desde 2007, um programa de doação de corpos com o objetivo de conscientizar a população sobre a esse tipo de ação. Entre 1997 e 2007, a média de doações era de 0,37 cadáveres/mês; após a implantação do projeto e intenso trabalho de divulgação, essa média evoluiu para 2 cadáveres/mês (ROCHA et al, 2010). Visando a doação voluntária de corpos, a UFMG implantou desde 1999 o programa "Vida após a vida", tendo registrado em 10 anos, 300 pessoas inscritas como Doadoras, recebido 30 cadáveres, que estão sendo utilizados para fins de ensino e pesquisa (UFMG, 2010).

Como se depreende por essa breve apresentação, a doação voluntária de cadáveres tem se apresentado como a principal ou única opção para a aquisição de material humano essencial para o ensino e pesquisa em Anatomia, uma vez que a gritante e contínua diminuição da disponibilidade de cadáveres de indivíduos não reclamados no Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC), vem contribuindo de maneira efetiva para o comprometimento do ensino e da pesquisa nas áreas de saúde, com prejuízos irreparáveis para a sociedade.

Finalizando, o assunto em questão, apesar de comum em outras culturas, ainda é novo em nosso meio necessitando, portanto, de ser amplamente divulgado e esclarecido. Considerando como altruísta a atitude da doação, o presente projeto tem como característica fundamental não tentar convencer o Doador, mas apenas oferecer-lhe informações necessárias para que sua vontade seja realizada.

2 PROCEDIMENTOS ATUAIS

I - A pessoa atesta em vida a intenção de doar o corpo, preenchendo o ***TERMO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE E TESTEMUNHO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA*** (documento 1) e reconhecendo firma da sua assinatura, juntamente com a de 3 testemunhas (parentes de 1º grau). Três documentos originais devem ser confeccionados, sendo um deles destinado ao Departamento Anatomia ICB/USP (DA) via correio.

Obs: Caso a pessoa tenha declarado verbalmente a intenção da doação, mas não tenha preenchido e assinado o documento, os familiares podem realizar o processo.

DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE E TESTEMUNHO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA

Eu,_____ (nacionalidade) _____, (naturalidade)_____ (estado civil)_____, _____(profissão), casada com_____ residente e domiciliado à _____, portador da cédula de identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro para os devidos fins de direito, na forma que permite a Lei nº 010.406-2002 em seu artigo 14 do Código Civil brasileiro: "é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo", que pelo instrumento particular, devidamente assinado e firma reconhecida por mim e testemunhas; e nas minhas normais atividades físicas e mentais, faço por livre e espontânea vontade a doação de meu corpo ao Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, localizado a Avenida Professor Lineu Prestes, 2415, Butantã- São Paulo- SP; para que o mesmo venha auxiliar na formação profissional do corpo discente e servir aos justos e devidos objetivos estudos da Anatomia Humana.

São Paulo,_____ de _____ de 20___.

_____ Nome do doador

_____ Assinatura do doador (reconhecida em cartório)

Testemunha	Grau de Parentesco (pais, filhos, cônjuges, irmãos)	Nome legível	Assinatura (reconhecida em cartório)
Testemunha 1			
Testemunha 2			
Testemunha 3			

DOCUMENTO 1- TERMO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE E TESTEMUNHO DE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA

II - De posse do original do documento 1, o DA elabora um *TERMO DE APTIDÃO*, assinado pelo Chefe do Departamento, no qual dá ciência que está apto a receber o corpo do Doador, quando da ocorrência do óbito (documento 2). Esse termo deve ser anexado aos dois originais restantes do documento 1, mantendo-se em posse do Doador/familiares.

Departamento de Anatomia
ICB-USP

Departamento de Anatomia
Instituto de Ciências Biomédicas - Universidade de São Paulo
Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"
Av. Prof. Lineu Prestes, 2415 - São Paulo, SP - Brasil - CEP 05508-900
Tel: 55-11 3091-7647 Fax: 55-11 3091-7366

São Paulo, 24 de agosto de 2012

DECLARAÇÃO

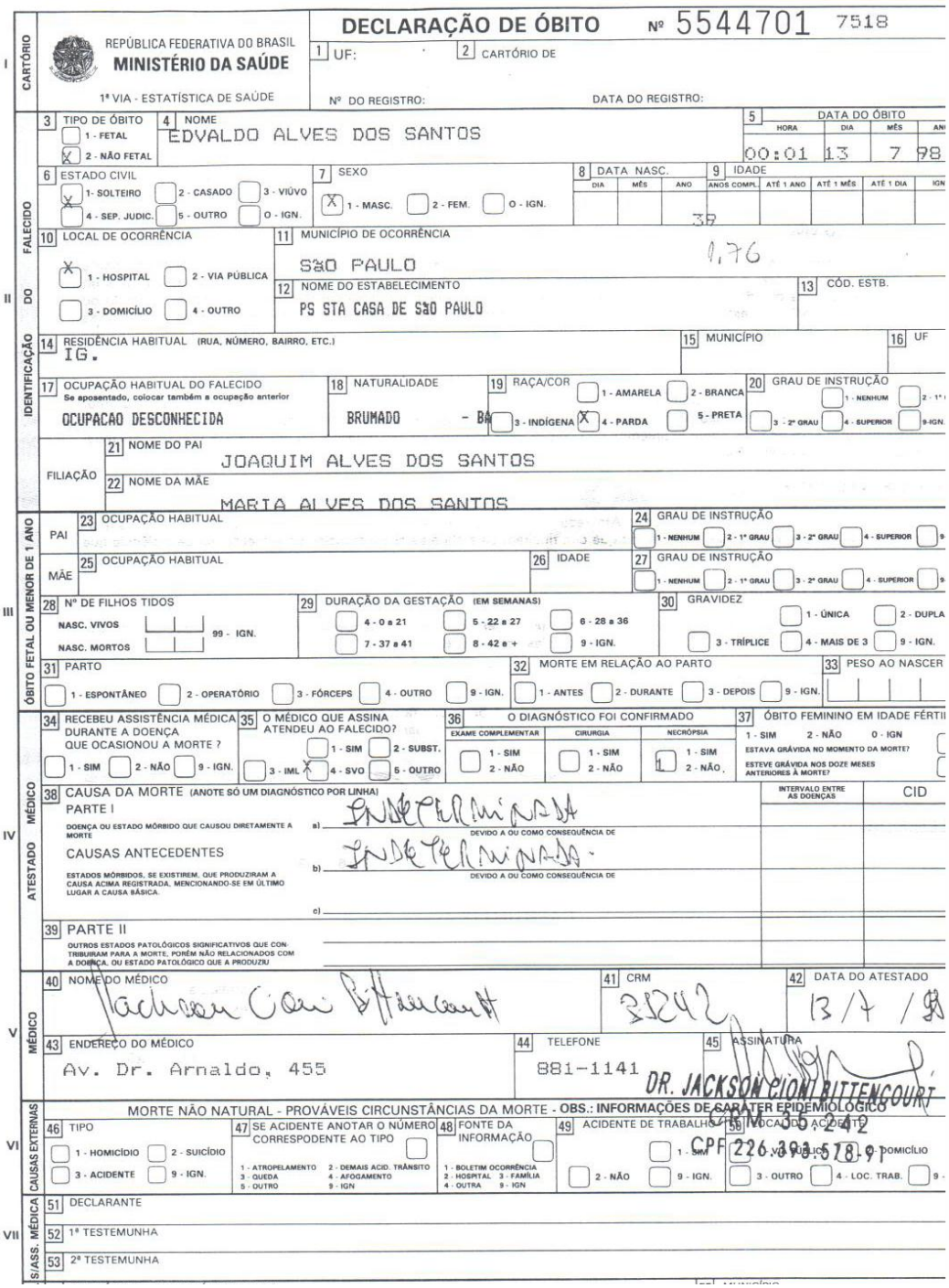
Declaramos que estamos aptos a receber em nosso laboratório de Anatomia Humana, a doação do **corpo** do senhor **JAIR DE ALMEIDA BRAGA FILHO,** RG 11.540.071 e CPF 041.162.998-04, que passará a ser utilizada em estudos no Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

Prof.Dr. **NEWTON SABINO CANTERAS**
Chefe do Departamento de Anatomia
Instituto de Ciências Biomédicas, USP
CRM: 35242

DOCUMENTO 2- TERMO DE APTIDÃO

III - Ocorrido o óbito, os familiares devem agregar aos documentos 1 e 2, a *DECLARAÇÃO (OU ATESTADO) DE ÓBITO* (documento 3) fornecido pelo médico, e dirigirem-se à Agência Central do

Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP), com sede no viaduto Dona Paulina, s/nº.



DECLARAÇÃO DE ÓBITO Nº 5544701 7518

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
1ª VIA - ESTATÍSTICA DE SAÚDE

I CARTÓRIO
1 UF:
2 CARTÓRIO DE
Nº DO REGISTRO:
DATA DO REGISTRO:

II FALECIDO DO IDENTIFICAÇÃO
3 TIPO DE ÓBITO: 1 - FETAL; X 2 - NÃO FETAL
4 NOME: EDVALDO ALVES DOS SANTOS
5 DATA DO ÓBITO: HORA 00:01 DIA 13 MÊS 7 ANO 98
6 ESTADO CIVIL: X 1 - SOLTEIRO; 2 - CASADO; 3 - VIÚVO; X 4 - SEP. JUDIC.; 5 - OUTRO; 0 - IGN.
7 SEXO: X 1 - MASC.; 2 - FEM.; 0 - IGN.
8 DATA NASC.: DIA; MÊS; ANO
9 IDADE: ANOS COMPL. 38; ATÉ 1 ANO; ATÉ 1 MÊS; ATÉ 1 DIA; IGN
10 LOCAL DE OCORRÊNCIA: X 1 - HOSPITAL; 2 - VIA PÚBLICA; 3 - DOMICÍLIO; 4 - OUTRO
11 MUNICÍPIO DE OCORRÊNCIA: SÃO PAULO 1,76
12 NOME DO ESTABELECIMENTO: PS STA CASA DE SÃO PAULO
13 CÓD. ESTB.
14 RESIDÊNCIA HABITUAL (RUA, NÚMERO, BAIRRO, ETC.): IG.
15 MUNICÍPIO
16 UF
17 OCUPAÇÃO HABITUAL DO FALECIDO (Se aposentado, colocar também a ocupação anterior): OCUPACAO DESCONHECIDA
18 NATURALIDADE: BRUMADO - BA
19 RAÇA/COR: 1 - AMARELA; 2 - BRANCA; 3 - INDÍGENA; X 4 - PARDA; 5 - PRETA
20 GRAU DE INSTRUÇÃO: 1 - NENHUM; 2 - 1º GRAU; 3 - 2º GRAU; 4 - SUPERIOR; 9 - IGN.
FILIAÇÃO
21 NOME DO PAI: JOAQUIM ALVES DOS SANTOS
22 NOME DA MÃE: MARIA ALVES DOS SANTOS

III ÓBITO FETAL OU MENOR DE 1 ANO
PAI
23 OCUPAÇÃO HABITUAL
24 GRAU DE INSTRUÇÃO: 1 - NENHUM; 2 - 1º GRAU; 3 - 2º GRAU; 4 - SUPERIOR; 9 -
MÃE
25 OCUPAÇÃO HABITUAL
26 IDADE
27 GRAU DE INSTRUÇÃO: 1 - NENHUM; 2 - 1º GRAU; 3 - 2º GRAU; 4 - SUPERIOR; 9 -
28 Nº DE FILHOS TIDOS: NASC. VIVOS; NASC. MORTOS; 99 - IGN.
29 DURAÇÃO DA GESTAÇÃO (EM SEMANAS): 4 - 0 a 21; 5 - 22 a 27; 6 - 28 a 36; 7 - 37 a 41; 8 - 42 e +; 9 - IGN.
30 GRAVIDEZ: 1 - ÚNICA; 2 - DUPLA; 3 - TRÍPLICE; 4 - MAIS DE 3; 9 - IGN.
31 PARTO: 1 - ESPONTÂNEO; 2 - OPERATÓRIO; 3 - FÓRCEPS; 4 - OUTRO; 9 - IGN.
32 MORTE EM RELAÇÃO AO PARTO: 1 - ANTES; 2 - DURANTE; 3 - DEPOIS; 9 - IGN.
33 PESO AO NASCER

IV ATESTADO MÉDICO
34 RECEBEU ASSISTÊNCIA MÉDICA DURANTE A DOENÇA QUE OCASIONOU A MORTE ?: 1 - SIM; 2 - NÃO; 9 - IGN.
35 O MÉDICO QUE ASSINA ATENDEU AO FALECIDO?: 1 - SIM; 2 - SUBST.; 3 - IML; X 4 - SVO; 5 - OUTRO
36 O DIAGNÓSTICO FOI CONFIRMADO: EXAME COMPLEMENTAR 1 - SIM 2 - NÃO; CIRURGIA 1 - SIM 2 - NÃO; NECRÓPSIA 1 - SIM 2 - NÃO
37 ÓBITO FEMININO EM IDADE FÉRTIL: 1 - SIM 2 - NÃO 0 - IGN; ESTAVA GRÁVIDA NO MOMENTO DA MORTE?; ESTEVE GRÁVIDA NOS DOZE MESES ANTERIORES À MORTE?
38 CAUSA DA MORTE (ANOTE SÓ UM DIAGNÓSTICO POR LINHA) — INTERVALO ENTRE AS DOENÇAS; CID
PARTE I
DOENÇA OU ESTADO MÓRBIDO QUE CAUSOU DIRETAMENTE A MORTE
a) INDETERMINADA
DEVIDO A OU COMO CONSEQUÊNCIA DE
CAUSAS ANTECEDENTES
ESTADOS MÓRBIDOS, SE EXISTIREM, QUE PRODUZIRAM A CAUSA ACIMA REGISTRADA, MENCIONANDO-SE EM ÚLTIMO LUGAR A CAUSA BÁSICA.
b) INDETERMINADA
DEVIDO A OU COMO CONSEQUÊNCIA DE
c)
39 PARTE II
OUTROS ESTADOS PATOLÓGICOS SIGNIFICATIVOS QUE CONTRIBUIRAM PARA A MORTE, PORÉM NÃO RELACIONADOS COM A DOENÇA, OU ESTADO PATOLÓGICO QUE A PRODUZIU

V MÉDICO
40 NOME DO MÉDICO: Jackson Cioni Bittencourt
41 CRM: 35242
42 DATA DO ATESTADO: 13/7/98
43 ENDEREÇO DO MÉDICO: Av. Dr. Arnaldo, 455
44 TELEFONE: 881-1141
45 ASSINATURA: DR. JACKSON CIONI BITTENCOURT CRM 35242 CPF 226.393.578-91

VI CAUSAS EXTERNAS
MORTE NÃO NATURAL - PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE - OBS.: INFORMAÇÕES DE CARÁTER EPIDEMIOLÓGICO
46 TIPO: 1 - HOMICÍDIO; 2 - SUICÍDIO; 3 - ACIDENTE; 9 - IGN.
47 SE ACIDENTE ANOTAR O NÚMERO CORRESPONDENTE AO TIPO: 1 - ATROPELAMENTO; 2 - DEMAIS ACID. TRÂNSITO; 3 - QUEDA; 4 - AFOGAMENTO; 5 - OUTRO; 9 - IGN
48 FONTE DA INFORMAÇÃO: 1 - BOLETIM OCORRÊNCIA; 2 - HOSPITAL; 3 - FAMÍLIA; 4 - OUTRA; 9 - IGN
49 ACIDENTE DE TRABALHO: 1 - SIM; 2 - NÃO; 9 - IGN.
50 LOCAL DO ACIDENTE: 1 - VIA PÚBLICA; 2 - DOMICÍLIO; 3 - OUTRO; 4 - LOC. TRAB.; 9 -

VII S/ASS. MÉDICA
51 DECLARANTE
52 1ª TESTEMUNHA
53 2ª TESTEMUNHA

DOCUMENTO 3- DECLARAÇÃO (OU ATESTADO) DE ÓBITO

IV - O SFMSP emite uma cópia desses documentos (mantendo os originais com os familiares), e emite uma *NOTA DE CONTRATAÇÃO* (documento 4) necessária para que o corpo do Doador seja recolhido e encaminhado para o DA, diretamente ou após o velório, quando este for realizado.

Serviço Funerário do Município de São Paulo
Viaduto Dona Paulina, s/nº. (baixos) - Centro
CNPJ: 47.261.292/0001-80

NOTA DE CONTRATACAO DE FUNERAL
DISK 24HORAS 0800-109050 27/09/2000 15:45:48 hs

Agencia : CENTRAL No. 094666 CEN
N.R.

Contratante : MARIA CRISTINA DOS SANTOS Grau Parentesco : NINGU
Endereco : AV. PROF. LINEU PRESTES N. 2415 PREDIO BIOMEDICA TR B
Doc. No.CP : 14291.886 Telefone: 0040-3818-7250 Empresa :

Falecido:EDVALDO ALVES DOS SANTOS
Sexo : M Idade : 38 ANOS COMPLETOS Data Obito : 13/07/1998 Hora : 00:01

Causa da : INDETERMINADA
Morte INDETERMINADA

Remocao :

Local de : DEP ANATOMIA DO INST. DE CIENCIAS BIOMEDICAS DA USP
Saida
Data Sepultamento : Hora : Destino : CORPOS PA
Obs : CORPOS PARA ESTUDOS

Nota de Trafego No. Recebido por : Data: Hrs:

Tipo de Sepultamento : INDIGENTE

Urna: INDIGENTE Tam: Alt: 0:00 Larg: 0:00 Cor: Qtd: 0 Valor: 0.00

: 0 Valor : 0.00 Fundo Impermeavel: 0 Valor: 0,00

Qtde			Qtde			Qtde		
	P/Enterro CAR	0,00	0	Velorio	0,00	0	Camara Frig.	0,00
0	Car/Es/Caix.	0,00	0	Essa	0,00	0	Cremacao	0,00
	P/Remocao	0,00	0	Mesa Condol.	0,00		Reg.Nasc.	
0	Carro Coroa	0,00	0	Ap.Ozona	0,00		Multa	
	P/Viagem	0,00	0	Velas (Jogo 4)	0,00	0	Tunica	0,00
1	Serv.Assist.	0,00	0	Lampada	0,00	0	Hst.S.Fco.	0,00
1	Decl.Obito	0,00	0	Tx.Sepult.	0,00	0	Urna	0,00
0	Tx.Informat.	0,00	0	Tx.Corpo Fora	0,00	0	Embalagem	0,00
0	Veu Comum	0,00	0	Columbario	0,00	0	Terco	0,00
	Veu Rendado	0,00		Qd.Geral	0,00		Outros (+)	
	Enfeite	0,00					Outros (-)	

Obs :

Decl.Obito No.: 088038 Convenio :

Total : 0,00 Valor Convenio : 0,00 Saldo : 0,00

Emitente Endereco Fone

DOC

Cheque: 00000000 Banco: 000 Agencia: 0000 Conta Corrente:

Registro: 02.040/2 Nome: CLAUDINER AP.GODOY Decl.

DOCUMENTO 4- NOTA DE CONTRATAÇÃO

V- Os familiares devem procurar o DA para retirar o *TERMO DE RECEBIMENTO* do corpo do Doador, devidamente assinado pelo Chefe do Departamento (**documento 5**).

Departamento de Anatomia
ICB-USP

Departamento de Anatomia
Instituto de Ciências Biomédicas - Universidade de São Paulo
Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"
Av. Prof. Lineu Prestes, 2415 - São Paulo, SP – Brasil - CEP 05508-900
Tel. 55 11 3091-7647 Fax: 55-11 3091-7365

São Paulo, 29 de agosto de 2012

DECLARAÇÃO

Declaramos que recebemos na noite do dia **24 de Agosto de 2012** em nosso laboratório de Anatomia Humana, a doação do **corpo** do senhor **JAIR DE ALMEIDA BRAGA FILHO,** RG 11.540.071 e CPF 041.162.998-04, que será utilizado em estudos no Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

Prof.Dr. **NEWTON SABINO CANTERAS**
Chefe do Departamento de Anatomia
Instituto de Ciências Biomédicas, USP

DOCUMENTO 5- TERMO DE RECEBIMENTO

VI - Os familiares procuram o Cartório de Registro Civil (CRC) mais próximo do local da ocorrência do óbito com todos os documentos, para lavratura do assento da *CERTIDÃO DE ÓBITO*, cuja cópia deve ser enviada ao DA (documento 6).

Obs: Como são 58 CRCs na Capital de São Paulo, a inexistência de um Provimento Normativo para essa nova situação permite interpretações diferentes de acordo com as regras de cada CRC, fazendo com que o tempo de expedição da certidão de óbito varie. Nos casos em que há a demora excessiva na expedição da certidão de óbito, gera-se um importante inconveniente aos familiares, no que concerne aos prazos legais para solicitações junto ao INSS, ou a planos de seguros de vida (quando existentes).

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais

7.º SUBDISTRITO - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO

RUA MACEIÓ, 77 - CEP 01302-010 - FONE: (011) 256-5506

Bel. Aldegar Fiori

OFICIAL

13/07/98

CERTIDAO DE OBITO

CERTIFICO que, em data de trinta de outubro de dois mil, (30/10/2000), no livro C-117, às folhas 148V, sob número 56055, foi feito o registro de Obito de **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, falecido em treze de julho de mil novecentos e noventa e oito, (13/07/1998), às 00 horas e 01 minuto, no Pronto Socorro da Santa Casa de São Paulo, neste subdistrito, do sexo masculino de cor parda, profissão ignorado, natural de ignorado, residente ignorado, ignorado, IG, com 39 anos de idade, estado civil ignorado, filho de JOAQUIM ALVES DOS SANTOS e de MARIA ALVES DOS SANTOS, tendo sido declarante Maria Cristina dos Santos e o óbito atestado pelo Dr. Jackson Cioni Bittencourt, legista, que deu como causa da morte: indeterminada e o sepultamento foi feito (corpo para Estudo junto ao Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo.

OBSERVAÇÕES: Sendo ignoradas as demais informações

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 30 de outubro de 2000.

FLORINDA PROCOPIO
escrevente designada

ISENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS NA FORMA DA LEI.

REGISTRO CIVIL DAS P. NATURAIS 7º SUBDISTRITO - CONSOLAÇÃO - SP
Bel. ALDEGAR FIORI - OFICIAL
RUA MACEIÓ, 77 - F. 011-256-5506 CEP 01302-010

DOCUMENTO 6- CERTIDÃO DE ÓBITO

3- O Que Se Solicita

Para que os procedimentos estabelecidos sejam agilizados, sem gerar inconvenientes aos familiares dos Doadores, as seguintes providências devem ser tomadas:

1 - Que todos os documentos constantes do **item III** sejam RETIDOS pelo SFMSP que, após a emissão do **documento 4**, encaminhe diretamente para o Cartório a fim de obter a Certidão de Óbito (portanto, sem a participação dos familiares), semelhante ao que se realiza rotineiramente, quando de sepultamentos e cremações;

2 – Que, ao receber a documentação proveniente do SFMSP, o Cartório emita a Certidão de Óbito no mesmo tempo despendido para os processos de sepultamento e cremação, por se tratar de **inequívoca vontade de doação.**

ANEXOS

ANEXO A

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N° 8.501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científica e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Esta Lei visa disciplinar a destinação de cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, para fins de ensino e pesquisa.

Art. 2° O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico.

Art. 3° Será destinado para estudo, na forma do artigo anterior, o cadáver:

I -- sem qualquer documentação;

II -- identificado, sobre o qual inexistem informações relativas a endereços de parentes ou responsáveis legais.

§ 1° Na hipótese do inciso II deste artigo, a autoridade competente fará publicar, nos principais jornais da cidade, a título de utilidade pública, pelo menos dez dias, a notícia do falecimento.

§ 2° Se a morte resultar de causa não natural, o corpo será, obrigatoriamente, submetido à necropsia no órgão competente.

§ 3° É defeso encaminhar o cadáver para fins de estudo, quando houver indício de que a morte tenha resultado de ação criminosa.

§ 4° Para fins de reconhecimento, a autoridade ou instituição responsável manterá, sobre o falecido:

a) os dados relativos às características gerais;

b) a identificação;

c) as fotos do corpo;

d) a ficha datiloscópica;

e) o resultado da necropsia, se efetuada; e

f) outros dados e documentos julgados pertinentes.

Art. 4° Cumpridas as exigências estabelecidas nos artigos anteriores, o cadáver poderá ser liberado para fins de estudo.

Art. 5° A qualquer tempo, os familiares ou representantes legais terão acesso aos elementos de que trata o § 4° do art. 3° desta Lei.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1992; 171° da Independência e 104° da República.

ITAMAR FRANCO
Maurício Corrêa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U de 1º.12.1992 e republicado no DOU de 15.12.1992

ANEXO B

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

1

PROVIMENTO CG Nº 16/97

Regulamenta a lavratura de assentos de óbitos quando destinados cadáveres a estudos ou pesquisas científicas, como previsto pela Lei nº 8.501/92, e adiciona subitens ao item 100 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O DESEMBARGADOR MÁRCIO MARTINS BONILHA, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade de ser tornado efetivo o cumprimento da Lei nº 8.501/92;

Considerando a simultânea necessidade de criação de uma regulamentação administrativa específica à lavratura de assentos de óbito quando destinados cadáveres a estudos ou pesquisas científicas;

Considerando o decidido no Processo CG 79.795/86,

RESOLVE:

50.18.025

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

2

Artigo 1º - Acrescentar os subitens 100.1 a 100.6 ao item 100 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, nos seguintes termos:

100.1. A utilização do cadáver, para estudos e pesquisa, só ficará disponível após a lavratura do assento de óbito correspondente.

100.2. Encaminhados cadáveres para estudos ou pesquisa científica, a escola de medicina deverá requerer a lavratura do assento de óbito, junto à unidade do serviço de registro civil das pessoas naturais, apresentando, obrigatoriamente, os documentos atestatórios da morte e da remessa do cadáver.

100.3. Quando formulado, o requerimento mencionado no subitem anterior será autuado e sua autora promoverá a expedição de editais, publicados em jornal de grande circulação, em dez dias alternados e pelo prazo de trinta dias, onde deverão constar todos os dados identificatórios disponíveis do cadáver e a possibilidade de serem dirigidas reclamações de familiares ou responsáveis legais ao oficial delegado.

100.4. Comprovada a expedição dos editais, mediante a apresentação dos originais da publicação, os autos serão remetidos ao MM. Juiz Corregedor Permanente, para o julgamento de reclamações e a eventual concessão de autorização para lavratura do assento de óbito, onde ficará consignado o destino específico do cadáver e será observado o disposto no item 100 supra.

100.5. Após a lavratura do assento de óbito, o sepultamento ou a cremação dos restos do cadáver utilizado em atividades de ensino e pesquisa deverão ser comunicados à unidade do serviço de registro de civil das pessoas naturais, para a promoção de ato averbatório.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

118

3

100.6. É proibido o encaminhamento de partes do cadáver ou sua transferência a diferentes instituições de ensino ou pesquisa.

Artigo 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de setembro de 1997.

MÁRCIO MARTINS BONILHA

Corregedor Geral da Justiça

ANEXO C

MODELO DE PROCESSO PARA A OBTENÇÃO DE CADÁVERES PELO DEPARTAMENTO DE ANATOMIA DO ICB/USP

O presente **modelo** tem por finalidade instruir à formação de processo para a obtenção de cadáveres para estudo da Anatomia Humana, junto ao Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC) de acordo com a Lei nº 8.501/92 e provimento nº –16/97.

Os documentos referentes às diferentes etapas são os seguintes:

1- Boletim de Ocorrência
2- Declaração de Óbito
3- Guia de Remessa de Cadáver Não Reclamado
4- Recebimento de Cadáver Não Reclamado
5- Obtenção de Fotografias e Digitais do Cadáver Não Reclamado
6- Publicações em Jornais de gGande Circulação
7- Ofício de Envio ao Cartório
8- Comprovante de Recebimento dos Documentos pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo
9- Declaração de Óbito do Serviço Funerário
10- Certidão de Óbito

Obs.: Por tratar-se de um modelo, os documentos constantes do mesmo não necessariamente pertencem a um único cadáver.

Edson Ap. Liberti

1- BOLETIM DE OCORRÊNCIA: Emitido no Distrito Policial onde ocorreu o óbito. Os dados nele contido relativos ao cadáver, deverão constar da Declaração de Óbito do SVOC.

2- DECLARAÇÃO DE ÓBITO: Emitida pelo Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC), deve apresentar os dados do boletim de ocorrência, a provável causa da morte, e a assinatura do médico responsável.

3- GUIA DE REMESSA DE CADÁVER NÃO RECLAMADO: Emitida pelo SVOC, é encaminhada ao ICB/USP com o nome e o número de identificação do SVOC. Deve ser assinada pelo Chefe de Seção do SVOC, e pelo médico do ICB.

4- RECEBIMENTO DE CADÁVER NÃO RECLAMADO: Documento devidamente assinado pelo médico do ICB, ciente da lei que rege o procedimento, bem como assumindo toda a responsabilidade pelo seu cumprimento, e manutenção do prontuário com as informações básicas sobre o falecido.

5- OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS E DIGITAIS DO CADÁVER NÃO RECLAMADO: Realizadas pelos técnicos do Departamento de

Anatomia assim que o cadáver é entregue na sala de recepção de cadáveres, situada no Edifico Didático de Anatomia.

6- PUBLICAÇÕES EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO: Em 10 dias alternados, durante o espaço de um mês (trinta dias), todas as características referentes ao cadáver não reclamado devem ser publicadas em jornal de grande circulação. Por se tratar de material para fins de estudo, os custos referentes às publicações, são dotados pela Pró-Reitoria de Graduação da USP.

7- OFÍCIO DE ENVIO AO CARTÓRIO: Emitido pelo Chefe do Departamento de Anatomia do ICB/USP, é encaminhado, via Serviço Funerário do Município de São Paulo, ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, do Cartório da Região onde ocorreu o óbito. Nesse ofício, devem constar os documentos comprobatórios dos itens 1-6.

8- COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS PELO SERVIÇO FUNERÁRIO: Emitida pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, deve constar das assinaturas do Escrivão e do declarante representante do ICB/USP, o Chefe do Departamento de Anatomia.

9- DECLARAÇÃO DE ÓBITO DO SERVIÇO FUNERÁRIO: Emitida pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, é o comprovante da remessa da documentação ao Cartório da região onde ocorreu o

óbito, que se encarregará de enviá-la ao MM. Juiz Corregedor. Também deve estar assinada pelo Escrivão e pelo Chefe do Departamento de Anatomia.

10- CERTIDÃO DE ÓBITO: Ultimo documento do processo, é emitido pelo Oficial de Registro Civil do Cartório competente, onde consta a autorização do MM. Juiz Corregedor, para que o cadáver não reclamado possa ser utilizado para estudos e pesquisa. Antes da obtenção desse documento, o cadáver NÃO PODERÁ SER UTILIZADO, devendo ser mantido intacto em cuba apropriada para a sua conservação.

ANEXO D

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

P A R T E G E R A L

LIVRO I
DAS PESSOAS

TÍTULO I
DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo